

## ÍNDICE

<b>Relatório da Administração</b>	<b>Pág.</b>
<i>Mensagem da Diretoria</i> .....	1
<i>Perfil da Empresa</i> .....	2
<i>Relacionamento com Investidores</i> .....	2
<i>Composição Acionária</i> .....	3
<i>Governança Corporativa</i> .....	3
<i>Mercado de Energia</i> .....	3
<i>Comercialização de Energia</i> .....	4
<i>Desempenho Operacional</i> .....	4
<i>Investimentos</i> .....	6
<i>Desempenho Econômico-Financeiro</i> .....	8
<i>Remuneração aos Acionistas</i> .....	11
<i>Endividamento (Empréstimos e Financiamentos)</i> .....	12
<i>Relacionamento com Auditores Independentes</i> .....	12
<i>Participações Societárias</i> .....	12
<i>Valor Adicionado</i> .....	13
<i>Programa de Pesquisa &amp; Desenvolvimento</i> .....	13
<i>Responsabilidade SocioAmbiental</i> .....	14
<i>Atuação Voltada para os Empregados (Público interno)</i> .....	14
<i>Fornecedores</i> .....	16
<i>Relacionamento com as Comunidades</i> .....	16
<i>Informações de Natureza Social e Ambiental</i> .....	20
 <b>Demonstrações Contábeis</b>	
<i>Balanço Patrimonial</i> .....	23
<i>Ativo</i> .....	23
<i>Passivo</i> .....	24
<i>Demonstração do Resultado</i> .....	25
<i>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</i> .....	26
<i>Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos</i> .....	27
<i>Demonstração do Fluxo de Caixa</i> .....	28
<i>Demonstração do Valor Adicionado</i> .....	29
<i>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis</i> .....	30
<i>Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal</i> .....	73
<i>Parecer dos Auditores Independentes</i>	
<i>Parecer do Conselho Fiscal</i>	

## MENSAGEM DA DIRETORIA

Senhores Acionistas,

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf tem a satisfação de apresentar o seu Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, acompanhados dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

No ano de 2007, a Chesf teve um bom desempenho econômico-financeiro, mantendo-se sólida e lucrativa.

A Empresa buscou uma expansão equilibrada na sua estrutura de negócios, com foco na sustentabilidade empresarial, destacando-se as realizações a seguir:

- Obtenção de lucro líquido de R\$ 652,6 milhões;
- Participação no Leilão de Transmissão 004/2007, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, obtendo a concessão do Lote E, referente à linha de transmissão de 230 kV Jardim-Penedo, com 120 km de extensão e ampliação das subestações de 230 kV Jardim e Penedo, com investimento de R\$ 30,5 milhões;
- Conclusão do empreendimento Milagres-Tauá, integrante do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, com a construção, montagem e energização da linha de transmissão de 230 kV Milagres-Tauá, com 208 km de extensão, da subestação Tauá, com 100 MVA de transformação, e da ampliação da subestação Milagres;
- Aumento, em 660 MVA, da capacidade de transformação de energia elétrica no Sistema de Transmissão da Chesf;
- Adoção dos procedimentos em conformidade com a seção 404, da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América, nos seus principais processos de negócio e de tecnologia da informação, visando à Certificação da Eletrobrás e;
- Implementação de ações de Responsabilidade Social Empresarial, em consonância com diretrizes do Governo Federal, atuando em programas de segurança alimentar, saúde, educação, cidadania e geração de renda nas diversas regiões de atuação da Companhia.

A Chesf, como empresa concessionária do serviço público de energia elétrica, contribui para o fornecimento da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento sócioeconômico do País, atuando como empresa socialmente responsável, na busca por rentabilidade, na preservação dos recursos ambientais e na redução das desigualdades sociais e regionais.

## PERFIL DA EMPRESA

A Chesf, Sociedade de Economia Mista - Aberta, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945, e constituída na 1<sup>a</sup> Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948.

O sistema de geração da Chesf é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. Atualmente, seu parque gerador possui 10.618 MW de potência instalada, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas através de 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de m<sup>3</sup> d'água e 1 usina térmica bicombustível com 350 MW de potência instalada, que estão relacionadas a seguir:

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
<b>HIDRELÉTRICAS:</b>	-	<b>10.268,328</b>
Sobradinho	São Francisco	1.050,300
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400
Piloto	São Francisco	2,000
Xingó	São Francisco	3.162,000
Funil	das Contas	30,000
Pedra	das Contas	20,007
Boa Esperança	Parnaíba	237,300
Curemas	Piancó	3,520
Araras	Acaraú	4,000
<b>TERMELÉTRICA:</b>	-	<b>350,000</b>
Camaçari	-	350,000
<b>TOTAL</b>		<b>10.618,328</b>

O sistema de transmissão, cujas primeiras instalações tiveram operação iniciada em 1954, abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, composto por 18.468 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV; 12.537 km de circuitos de transmissão em 230 kV; 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores; 98 subestações com tensão maior que 69 kV e 729 transformadores em operação, totalizando uma capacidade de transformação de 41.558 MVA, além de 4.907 km de cabos de fibra óptica.

## RELACIONAMENTO COM INVESTIDORES

Como empresa de capital aberto, a Chesf, embora tendo suas ações negociadas apenas no mercado de balcão, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência, caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações na sua página na Internet, [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br), no link “Relações com Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita por meio de atendimento telefônico, correio padrão, presencial e endereçamento eletrônico.

## COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, no montante de R\$ 1.696,3 milhões, é representado por 41.709.653 ações nominativas, divididas em 40.477.564 ações ordinárias e 1.232.089 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,45% pertencem à Eletrobrás, 0,46% à Sudene, 0,04% ao Finor e 0,05% a outros acionistas.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

### *Administração*

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

A Diretoria é constituída por um Diretor-Presidente, escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, e até 5 Diretores, brasileiros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos e com o exercício de suas funções em regime de tempo integral.

O Conselho de Administração é formado por 1 Presidente e mais 5 Conselheiros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Conselho Fiscal é permanente, composto por 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 1 ano, brasileiros, eleitos pela Assembléia Geral. Dentre os membros do Conselho Fiscal, um membro efetivo e respectivo suplente são representantes do Tesouro Nacional.

### *Código de Ética*

A Companhia possui um Código de Ética aderente aos princípios e valores praticados dentro dos padrões da governança corporativa, que é a referência de conduta de todos os seus integrantes.

### *Controles Internos e Auditoria*

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, planeja, executa e avalia as atividades de auditoria na Companhia e atende às solicitações da alta direção e de órgãos de controle interno e externo. O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT é submetido à aprovação da Controladoria Geral da União - CGU.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado através de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio, a cada período de 5 anos.

Objetivando as melhores práticas de governança corporativa, a Chesf adotou nos seus principais processos de negócios e de tecnologia da informação, procedimentos em conformidade com a seção 404, da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, dos Estados Unidos da América, visando à Certificação da Eletrobrás.

## MERCADO DE ENERGIA

As projeções de mercado divulgadas pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, para o período 2007 a 2017, apresentam crescimento no consumo nacional de energia elétrica, nas Regiões atendidas pelo Sistema Interligado Nacional – SIN, da ordem de 4,8% ao ano. Este crescimento representa um incremento de 30.472 MW médios no final de 2017, evoluindo dos atuais 50.345 MW médios para 80.817 MW médios, considerando a integração de alguns subsistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN a partir de 2009. O Nordeste terá uma expansão média de 4,9% ao ano, com crescimento ligeiramente superior ao previsto para o Brasil, passando de 7.280 MW médios para 11.727 MW médios, no mesmo horizonte, representando incremento de 4.447 MW médios até o final do último ano.

Este quadro sinaliza a necessidade de acréscimos de novas fontes de geração de energia, indicando oportunidades de expansão e diversificação dos investimentos da Empresa, tanto nos empreendimentos termelétricos a gás natural e nuclear, já indicados no Plano Decenal de Expansão 2007 a 2016 da EPE, quanto hidrelétricos do potencial remanescente no Nordeste e nos grandes aproveitamentos da Região Norte.

## COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

A energia comercializada em 2007 atingiu o montante de 49.596 GWh, distribuído entre 21 estados do Brasil e o Distrito Federal, com destaque para a venda às distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, que representou 70,9% deste total. Os estados com maior participação nas vendas da Empresa, no segmento distribuição, foram São Paulo (19,9%), Paraná (10,4%), Rio de Janeiro (10,3%), Pernambuco (8,2%) e Bahia (7,5%).

As vendas para a Região Nordeste representaram cerca de 41% do total comercializado pela Chesf. Parte dessa energia atendeu treze grandes indústrias localizadas nessa região.

Em 2007, foram realizados, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, leilões de ajuste destinados ao ACR, em que a Chesf vendeu um total de 50 MW médios para 2007 e 34 MW médios para 2008.

A Chesf também participou de leilões no Ambiente de Contratação Livre – ACL, tanto como entidade promotora (leilões de venda), como naqueles realizados por terceiros (leilões de compra), que resultaram em 148 contratos com Comercializadores e Consumidores Livres para diversos períodos de fornecimento. Quando comparada com o ano de 2006, a quantidade de contratos celebrados no ACL aumentou 74%. Em termos de energia comercializada nesse ambiente, o crescimento foi de 117%, passando de 2.974 GWh, em 2006, para 6.442 GWh, em 2007.

O processo de negócio teve o suporte de uma moderna plataforma computacional, na qual são promovidos os leilões de energia da Chesf. As transações comerciais ocorrem em ambiente virtual, via rede mundial de computadores, dando maior transparência, competitividade e agilidade às vendas de curto, médio e longo prazos.

## DESEMPENHO OPERACIONAL

A Chesf integra o Sistema Interligado Nacional – SIN e realiza intercâmbio de energia com os sistemas Norte, Sul e Sudeste/Centro-Oeste.

Dada a localização de suas principais usinas, a Chesf recebe influência dos regimes hidrológicos das Regiões Nordeste e Sudeste. Devido a essa localização e às afluências ocorridas no período úmido 2006/2007, no mês de abril, o principal reservatório da Região Nordeste, Sobradinho, atingiu o seu armazenamento pleno e, ao final do ano de 2007, o seu armazenamento era de 16,5% do seu volume útil.

A Companhia gerou 57.301 GWh, em 2007, contra 54.718 GWh, em 2006, representando um crescimento de 4,7 %. As variações da produção de energia, em 2007, em comparação a 2006, foram decorrentes, principalmente, do crescimento do mercado, das condições energéticas do Sistema Interligado Nacional - SIN e da política de despacho centralizado exercida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em 2007, foram realizados contínuos investimentos na capacitação de recursos humanos, aprimoramento dos instrumentos de planejamento de intervenções e implementação de novas técnicas e processos de manutenção em equipamentos, linhas de transmissão e dispositivos de proteção, controle e supervisão.

Ressaltam-se as constantes melhorias implementadas nos sistemas de transmissão e geração, com a substituição de equipamentos obsoletos, digitalização de sistemas de proteção e instalação de dispositivos de supervisão e controle do sistema eletroenergético, bem como a modernização dos Centros de Operação, com a implantação de funções avançadas, tais como estimador de estado, configurador de redes, sistema de tratamento de alarmes, além de simulador para treinamento de operadores.

Reforçando a rede de telecomunicação da Chesf, foram agregados novos equipamentos ao sistema de transmissão óptico-digital, destacando-se o estabelecimento do Anel de Telecomunicações Oeste, tendo como principais localidades atendidas: Fortaleza, Teresina, Sobradinho e Paulo Afonso. Tal configuração foi viabilizada mediante a utilização de fibras ópticas distribuídas ao longo de 632 km de cabos OPGW e implantadas no trecho compreendido entre as subestações Boa Esperança – São João do Piauí – Sobradinho.

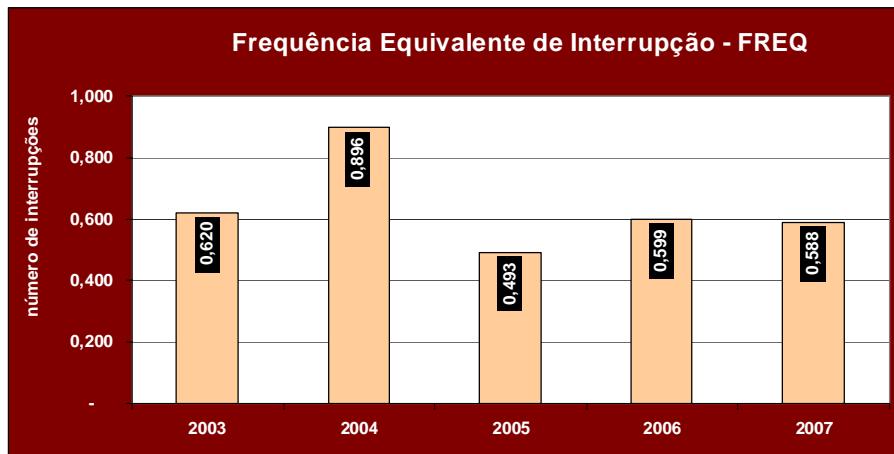
### ***Indicadores de Desempenho***

No ano de 2007, obteve-se um melhor resultado no indicador de Disponibilidade Operacional - DO, enquanto que, nos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção - DREQ e de Energia Interrompida – ENES, houve uma pequena redução do desempenho em relação ao ano anterior.

As metas estabelecidas para os indicadores de Freqüência Equivalente de Interrupção - FREQ e de Duração Equivalente de Interrupção - DREQ foram plenamente atendidas, registrando-se o segundo melhor resultado dos últimos cinco anos.

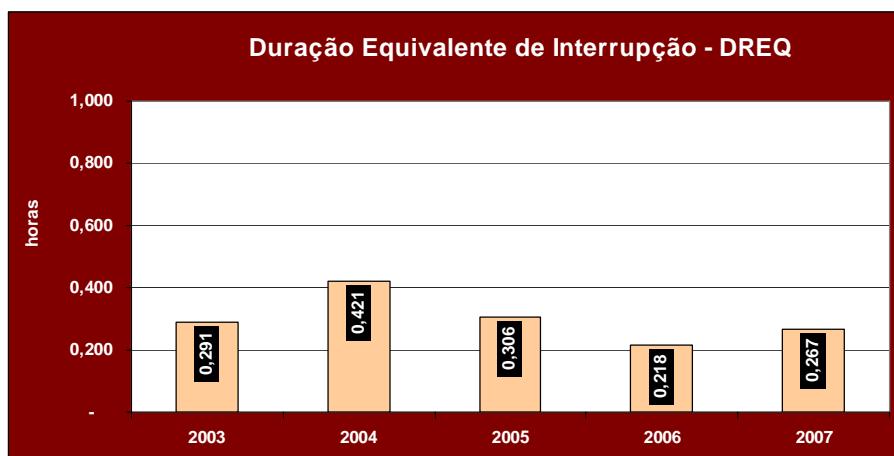
#### ***Freqüência Equivalente de Interrupção - FREQ***

Indica o número equivalente de interrupções no fornecimento de energia elétrica.



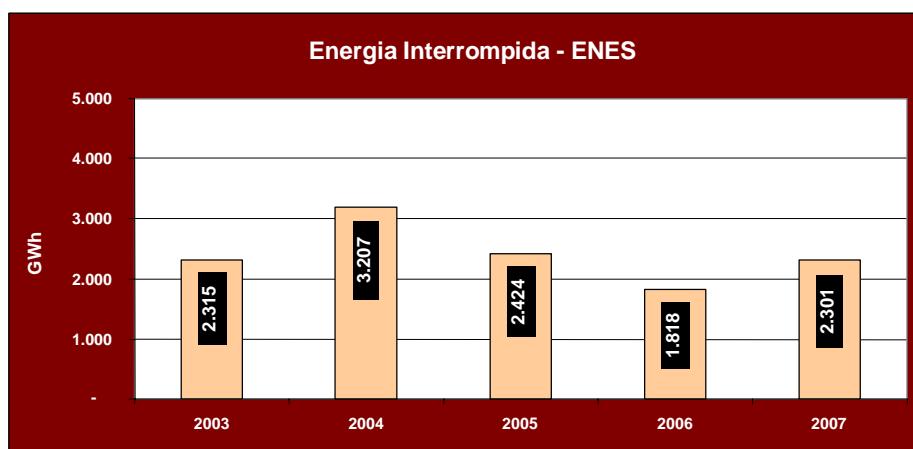
#### ***Duração Equivalente de Interrupção - DREQ***

Indica a duração equivalente, em horas, das interrupções no fornecimento de energia elétrica.



### Energia Interrompida - ENES

Indica o montante equivalente de energia elétrica, em GWh, nas interrupções do fornecimento.



### Disponibilidade Operacional - DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.

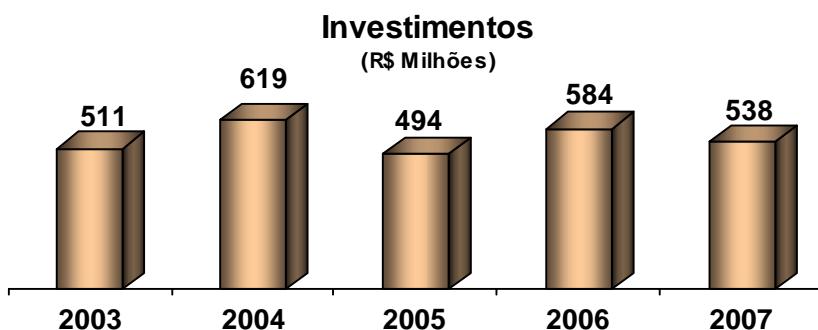


## INVESTIMENTOS

A Chesf, em 2007, investiu na expansão e modernização do seu sistema elétrico e na melhoria da sua infra-estrutura. O valor contabilizado, considerando apenas as adições aos ativos imobilizado e intangível, totalizou R\$ 538,4 milhões, assim distribuídos:

Sumário dos Investimentos – R\$ milhões	2003	2004	2005	2006	2007
▪ Geração	209	191	66	57	49
▪ Transmissão	189	301	284	335	306
▪ Reassentamento UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	77	90	101	149	109
▪ Infra-estrutura	36	37	43	43	74
<b>TOTAL</b>	<b>511</b>	<b>619</b>	<b>494</b>	<b>584</b>	<b>538</b>

O gráfico abaixo apresenta os investimentos totais ao longo dos últimos cinco anos.



### Geração

Para manter o sistema de geração com nível de disponibilidade satisfatório, foram realizadas diversas ações de manutenção e benfeitorias nas usinas da Companhia, destacando-se:

- A conclusão dos trabalhos de modernização dos sistemas de controle e proteção de 3 unidades geradoras das Usinas Hidrelétricas Paulo Afonso I, II e III. O projeto global, que inclui as 13 unidades geradoras existentes, quando concluído em 2010, permitirá a centralização de todo o comando das 3 usinas, aumentando a confiabilidade operacional; e
- A conclusão da recuperação de uma máquina sinistrada da UHE Paulo Afonso III.

No Programa Potenciais de Energia Hidráulica, a Chesf deu andamento às seguintes ações para aumentar a oferta de geração hidrelétrica no Nordeste:

- Em parceria com a Construtora Queiroz Galvão e a CNEC Engenharia S. A., concluiu os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTA) dos cinco aproveitamentos hidrelétricos identificados nos estudos de inventário que realizou na bacia hidrográfica do Rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134 MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhano (64 MW), bem como os seus Estudos Ambientais (EIA/RIMA); e
- Em outra parceria com a Construtora Norberto Odebrecht, Engevix Engenharia S. A. e Desenvix S.A. foram concluídos os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTA) do Aproveitamento Hidrelétrico Riacho Seco (276 MW), no trecho submédio do Rio São Francisco. Foram continuados os estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Pedra Branca (320 MW), também no trecho submédio do Rio São Francisco. A realização desses estudos enfrenta maiores dificuldades em função da complexidade dos problemas socioambientais envolvidos.

### Transmissão

O Sistema de Transmissão da Chesf foi ampliado com a conclusão dos seguintes empreendimentos:

- Construção, montagem e energização da linha de transmissão de 230 kV, Milagres - Tauá, com 208 km de extensão, da subestação Tauá, com 100 MVA de transformação, e da ampliação da subestação Milagres. Este empreendimento integra o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- Recapacitação dos circuitos C1, C2 e C3 da linha de transmissão de 230 kV Recife II - Joairam, com extensão de 8 km;

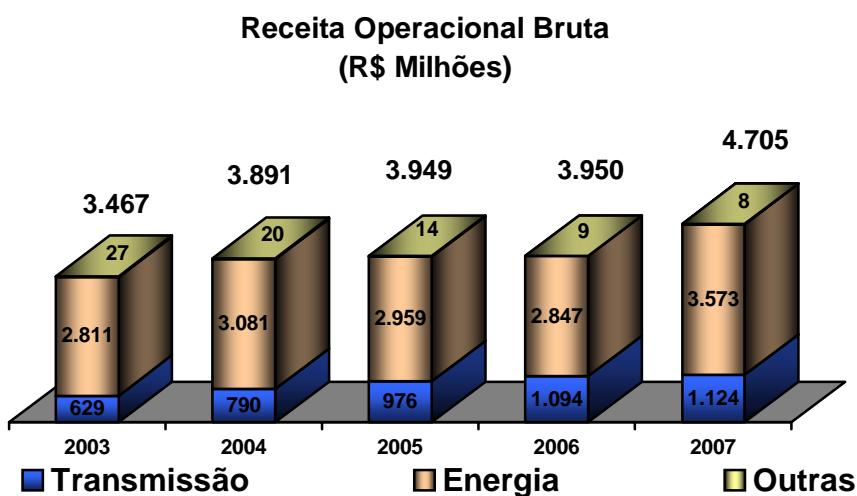
- Aumento da capacidade de transformação na subestação Irecê, 230/138 kV – 55 MVA, interligação de barramentos de 138 kV e instalação de 3 reatores limitadores de corrente de curto-círcuito 13,8 kV – 0,31 ohms/fase;
- Aumento da capacidade de transformação na subestação Piripiri, 230/138 kV – 55 MVA e interligação de barramentos de 138 kV;
- Aumento da capacidade de transformação na subestação Santo Antônio de Jesus, 230/69 kV – 100 MVA e instalação de 2 entradas de linha 230 kV;
- Aumento da capacidade de transformação na subestação Cauípe, 230/69 kV – 100 MVA;
- Aumento da capacidade de transformação na subestação Cotelipe, 230/69 kV – 100 MVA;
- Aumento da capacidade de transformação na subestação Picos, 230/69 kV – 50 MVA;
- Aumento da capacidade de transformação na subestação Juazeiro II, 230/69 kV – 100 MVA; e
- Ampliação da subestação Bom Jesus da Lapa, com a complementação do módulo geral 230 kV e implantação de 3 reatores limitadores de corrente de curto-círcuito RLCC 13,8 kV – 0,50 ohms/fase.

Está em andamento a implantação dos empreendimentos em 230 kV, constantes do PAC, compostos de linhas de transmissão e ampliação de subestações, cujas concessões foram obtidas em Leilões da ANEEL, compostos por: Funil-Itapebí, Milagres-Coremas, Ibicoara-Brumado, Paraíso-Açu, Picos-Tauá e Jardim-Penedo.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

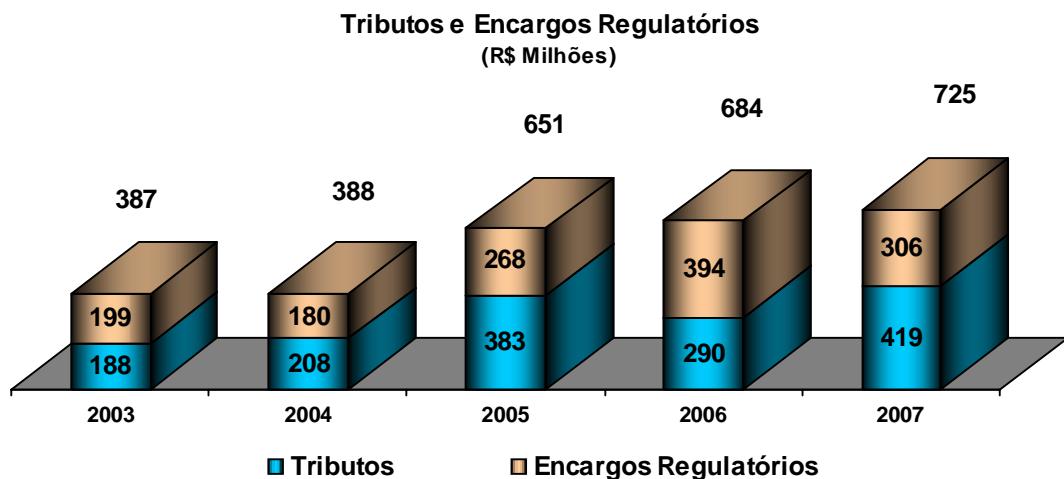
### *Receita Operacional Bruta*

A receita operacional bruta, em 2007, atingiu o montante de R\$ 4.705,4 milhões, com expressivo crescimento de 19,1% em relação ao exercício anterior (R\$ 3.949,8 milhões), resultado do bom desempenho verificado no segmento venda de energia (+ 25,5%), em função do aumento dos montantes liquidados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que alcançaram R\$ 400,3 milhões, contra R\$ 106,1 milhões em 2006, e de leilões de sobras de energia, no montante de R\$ 474,7 milhões em 2007 (R\$ 122,1 milhões em 2006), além de reajustes de preços previstos nos contratos. Por outro lado, o segmento transmissão de energia cresceu 2,7%, como resultado de obras de ampliação e reforços da rede básica. A seguir, é demonstrada a evolução das receitas por segmento, nos últimos cinco anos.



### Tributos e Encargos Regulatórios sobre Vendas

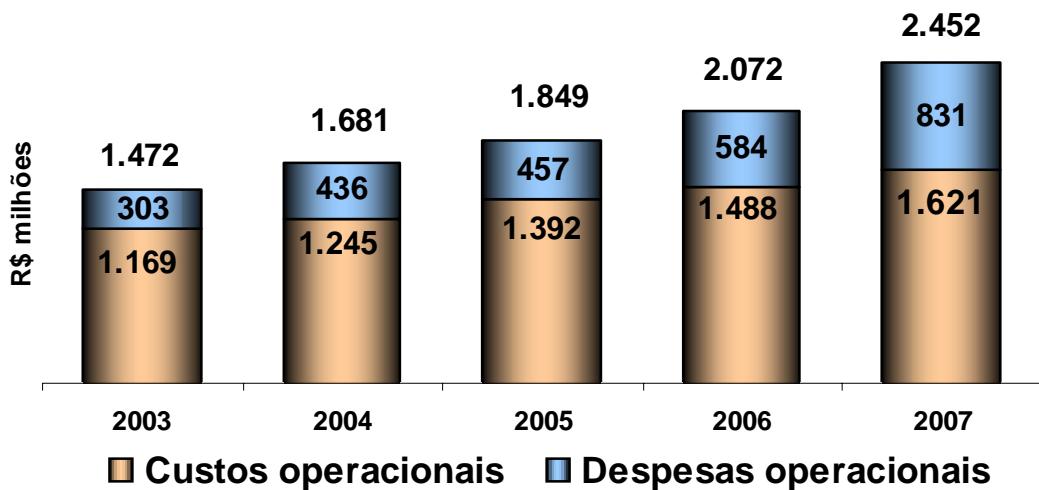
A Companhia está entre os maiores contribuintes de tributos da Região Nordeste. Em 2007, incidiram diretamente sobre as vendas, tributos e encargos regulatórios, que totalizaram R\$ 724,7 milhões, 6,0% acima do ocorrido em 2006.



### Custos e Despesas Operacionais

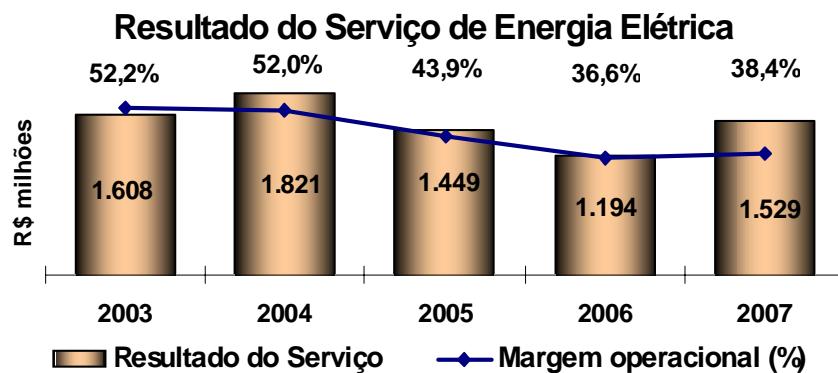
Os custos e despesas operacionais tiveram um crescimento de 18,4%, alcançando R\$ 2.452,2 milhões em 2007, contra R\$ 2.071,4 milhões em 2006. Este crescimento teve forte influência da *perda com energia livre*, no valor de R\$ 185,8 milhões, contabilizada em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, e da *provisão para créditos de liquidação duvidosa*, no montante de R\$ 96,6 milhões correspondente à parte constituída neste exercício, de um total de R\$ 205,5 milhões, para cobertura de eventuais perdas na realização destes créditos de energia livre. O conjunto dos demais custos e despesas teve um crescimento de apenas 10,5%.

### Custos e Despesas Operacionais



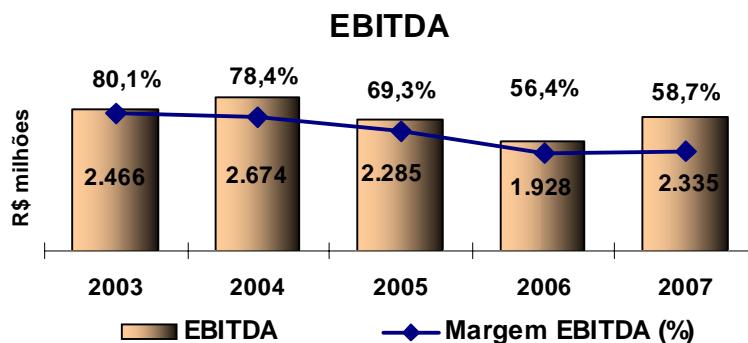
### **Resultado do Serviço de Energia Elétrica e Margem Operacional**

O resultado operacional do serviço (EBIT) atingiu R\$ 1.528,6 milhões, 28,0% acima do montante alcançado em 2006 (R\$ 1.194,3 milhões). Como consequência, a margem operacional (resultado do serviço / receita líquida) avançou para 38,4% frente aos 36,6% em 2006.



### **Geração Operacional de Caixa (EBITDA)**

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA (lucro antes dos impostos, juros, depreciação e amortização), atingiu em 2007 o valor de R\$ 2.335,7 milhões, ante R\$ 1.928,2 milhões em 2006. A margem EBITDA em relação à receita líquida, por sua vez, avançou para 58,7%, contra 56,4% em 2006.



### **Reconciliação do EBITDA (R\$ milhões)**

	2007	2006
<b>Lucro Líquido.....</b>	<b>652,6</b>	<b>457,3</b>
(+) IR e CSLL.....	329,2	120,5
(+) Participação nos Lucros ou Resultados.....	54,0	47,9
(+) Resultado Não Operacional.....	6,1	5,8
(+) Despesas Financeiras.....	640,3	735,4
(+) Depreciação e Amortização.....	594,5	563,5
(+) Provisões para Contingências.....	59,0	(2,2)
<b>(=) EBITDA.....</b>	<b>2.335,7</b>	<b>1.928,2</b>

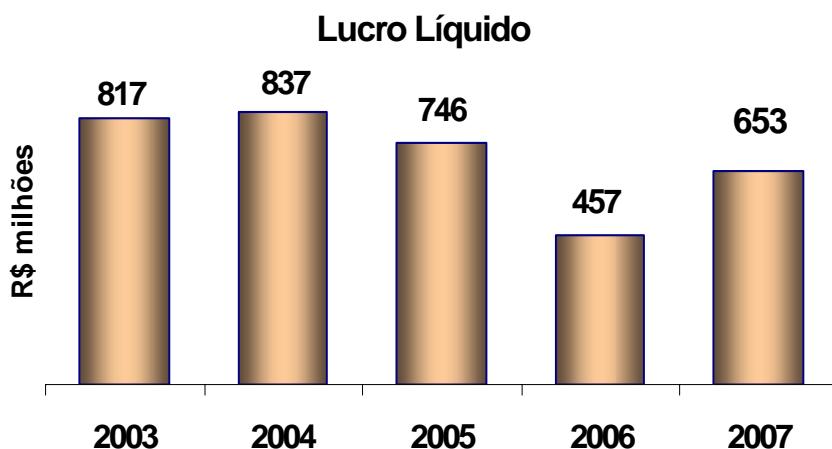
### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do exercício apresentou uma despesa de R\$ 486,6 milhões, representando uma melhora de 13,5% em relação à despesa de R\$ 562,8 milhões obtida em 2006. Tal melhora teve como principal origem a redução dos encargos financeiros oriundos de dívidas por empréstimos e outras obrigações.

<b>Receitas (despesas) financeiras – R\$ milhões</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Renda de aplicações financeiras.....	27,2	22,2
Renda de refinanciamentos concedidos a clientes.....	109,2	131,2
Juros e variações monetárias de empréstimos e financiamentos.....	(556,9)	(617,2)
Outras receitas (despesas) financeiras.....	(66,1)	(99,0)
<b>(=) Resultado financeiro líquido.....</b>	<b>(486,6)</b>	<b>(562,8)</b>

### Lucro Líquido

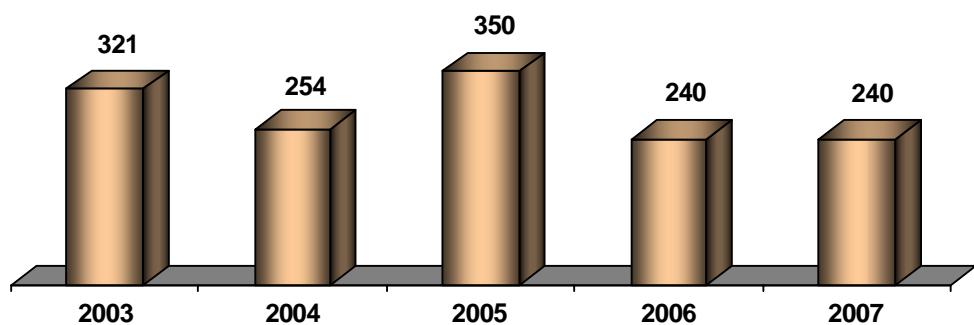
Em 2007, o efeito combinado do crescimento da receita, aliado à política adotada pela administração relacionada aos aspectos operacionais e financeiros, permitiram à Companhia obter um lucro líquido de R\$ 652,6 milhões, 42,7% superior ao verificado em 2006, R\$ 457,3 milhões.



### REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, a administração da Companhia, considerando o lucro líquido do exercício, resolveu propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO uma remuneração de R\$ 240 milhões, a título de dividendos, equivalentes a 37,4% do lucro líquido ajustado, e correspondente a uma distribuição de R\$ 5,75 por ação ordinária e preferencial.

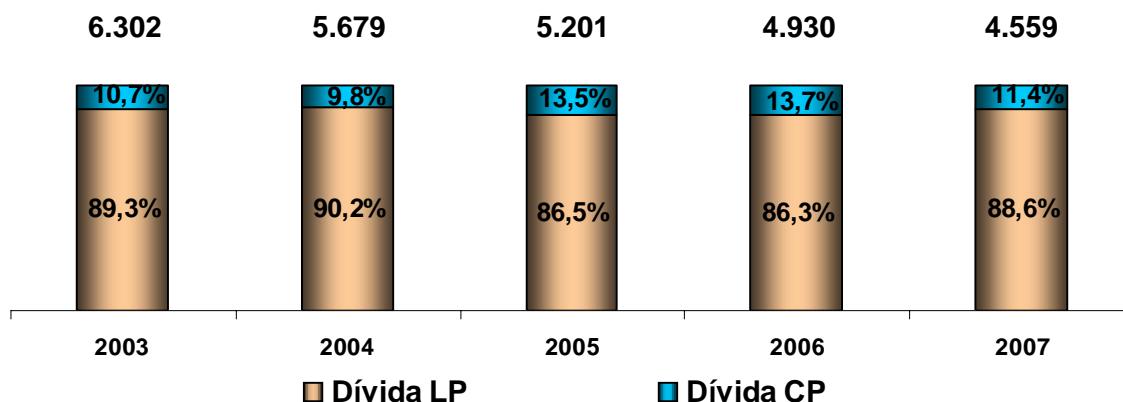
## Remuneração aos Acionistas (R\$ milhões)



## ENDIVIDAMENTO (EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS)

Em 2007, o endividamento bruto (obrigações com a controladora e instituições financeiras) era de R\$ 4.558,8 milhões, 7,5% menor que os R\$ 4.930,1 milhões, ao final de 2006. As dívidas vincendas de curto prazo correspondem a 11,4% do endividamento total e os 88,6% dos vencimentos de longo prazo estão distribuídos nos anos de 2009 a 2022. A participação do endividamento em moeda estrangeira é de apenas 6,4% da dívida total (8,8% em 2006).

Endividamento Bruto - R\$ milhões



## RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços de empresas de auditoria independente fundamenta-se em princípios que preservem a independência desses profissionais. Neste sentido, a Companhia possui contrato para a prestação de serviços de auditoria independente, firmado com a empresa Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/S, em 1º de junho de 2007, para o período de junho de 2007 a maio de 2008, devendo ser ressaltado que não há, com a referida empresa, qualquer outro contrato de prestação de serviços. Este procedimento está em conformidade com o disposto na Instrução CVM nº 381, de 14.01.2003, referendada pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2005, de 24.08.2005.

## PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Dentro da política de expansão dos seus negócios de geração e transmissão de energia elétrica, a Companhia vem firmando parcerias com empresas privadas, por meio de participações minoritárias, tendo encerrado o exercício com as seguintes sociedades:

### **Sistema de Transmissão Nordeste S.A. – STN**

Participação de 49% no capital social da empresa Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN, constituída em 2003, em sociedade com a Companhia Técnica de Engenharia Elétrica - ALUSA, para exploração da outorga de concessão das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional, no trecho Teresina II – Sobral III - Fortaleza II, em 500 kV, com prazo de concessão de 30 anos. A STN teve sua operação comercial iniciada em janeiro de 2006. Em 26.09.2007, a participação da ALUSA foi transferida para a ALUPAR Investimento S.A.

### **Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA**

Participação de 12% no capital social da empresa Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, constituída em 2006, em sociedade com o Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP, com 48%, Eletronorte, com 37%, e Engevix Engenharia S.A., com 3%, para exploração da outorga de concessão das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, no trecho Colinas - Serra da Mesa 2, 3º circuito, em 500 kV, com prazo de concessão de 30 anos. A INTESA tem o início da sua operação comercial previsto para abril de 2008.

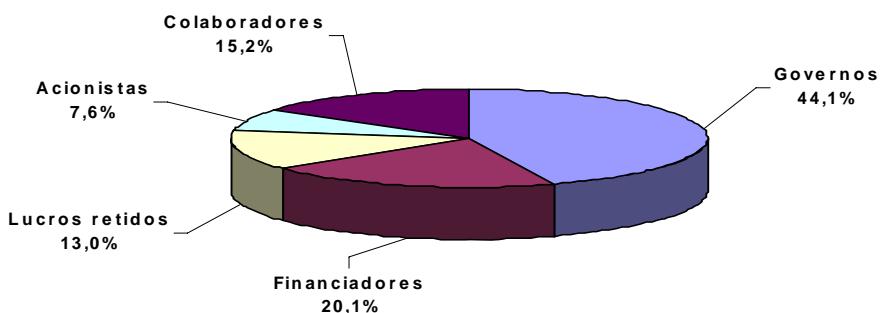
### **Energética Águas da Pedra S.A.**

Participação de 24,5% no capital social da empresa Energética Águas da Pedra S.A., que tem como objeto social a implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos. Esta Usina será implantada no Rio Aripuanã, situado ao norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios. O investimento previsto é de R\$ 760,8 milhões e a concessão é para geração de energia pelo prazo de 30 anos, tendo como previsão para entrada em operação das primeiras máquinas em 2011. Foram comercializados 147 MW médios para o período da concessão de 2011 a 2041. Os demais participantes da sociedade são a Eletronorte (24,5%) e a Neoenergia S.A. (51,0%).

## **VALOR ADICIONADO**

A Chesf vem contribuindo fortemente para as economias do Nordeste e do Brasil. A contribuição econômica da Companhia para o crescimento da riqueza nacional se expressa por meio da geração de R\$ 3.168,1 milhões, em valor adicionado no exercício de 2007, montante 17,9% superior aos R\$ 2.686,0 milhões gerados em 2006. Este valor foi devolvido à sociedade em forma de salários, encargos e benefícios aos colaboradores e seus dependentes (15,2%); de impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (44,1%); de juros aos financiadores de bens e serviços (20,1%); de remuneração aos acionistas (7,6%) e de retenção de lucros (13,0%).

Distribuição do Valor Adicionado



## PROGRAMA DE PESQUISA & DESENVOLVIMENTO

A Chesf investe em seu Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D buscando encontrar na inovação de equipamentos, sistemas e processos, o incremento de sua rentabilidade e a melhoria contínua da prestação do serviço.

No exercício de 2007, foi feito um intenso investimento na modernização da gestão dos processos de P&D, ressaltando-se o desenvolvimento de um sistema integrado de informações gerenciais e a otimização da metodologia de escolha dos projetos e das entidades executoras, de forma a atender às necessidades estratégicas da Empresa.

A Companhia possui duas carteiras de projetos. A primeira, que atende às demandas das Leis nº 9.991/2000 e nº 10.848/2004, tem o foco nas necessidades de interesse mais específico do sistema de produção e transmissão de energia elétrica, com o envolvimento de uma grande gama de reconhecidas entidades de ensino e pesquisa no papel de executoras dos atuais 105 projetos. A segunda carteira de projetos concentra-se em questões de interesse comum às empresas do Sistema Eletrobrás e tem, como executora, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, entidade que há mais de trinta anos vem prestando relevantes serviços para o setor elétrico nacional. A média anual de recursos investidos nas carteiras em apreço é de aproximadamente R\$ 23 milhões.

Além desses investimentos, a Chesf contribui para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para o custeio da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, perfazendo uma média anual de R\$ 22,5 milhões. Portanto, no total, a Chesf investe anualmente em P&D, direta e indiretamente, o expressivo montante de cerca de R\$ 45 milhões.

Os representativos resultados dos projetos já concluídos, envolvendo todos os segmentos da cadeia produtiva, autorizam inferir a certeza de uma crescente otimização dos resultados da Empresa, da prestação do serviço à sociedade e do essencial compartilhamento de conhecimento academia-empresa, ação absolutamente essencial para consolidação do desenvolvimento nacional.

## RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Chesf entende que o desenvolvimento econômico precisa vir acompanhado pelo cuidado com as pessoas e com o meio ambiente, em busca da qualidade de vida da população. Com as suas ações, contribui para a inclusão social de milhares de pessoas, por meio do investimento em educação, saúde, renda, cultura e cidadania.

A atuação socioambiental da Companhia é direcionada para melhorar a qualidade de vida pessoal e profissional de seus empregados, para ampliar a interação e contribuir com o desenvolvimento dos seus fornecedores, para ampliar o relacionamento com as comunidades do entorno das suas instalações e de seus empreendimentos, para contribuir com projetos do Governo Federal e com ações direcionadas para a sociedade em geral e para minimizar os impactos ambientais decorrentes de suas atividades.

## ATUAÇÃO VOLTADA PARA OS EMPREGADOS (PÚBLICO INTERNO)

A Companhia encerrou o exercício de 2007 com um quadro de pessoal de 5.640 empregados. O índice de turnover do exercício foi de 0,55%. Deu-se continuidade à construção do novo Modelo Chesf de Gestão de Pessoas por Competência, que visa alinhar o segmento de gestão de pessoas às diretrizes estratégicas da Empresa, integrar os diversos processos de Recursos Humanos e aproximar as expectativas da Empresa e dos empregados, contribuindo para a melhoria do desempenho empresarial e profissional.

Por sugestão da Comissão Paritária de Políticas de Acampamento, foram realizadas melhorias na prestação de serviços de limpeza pública, pavimentação e urbanização; disponibilização de ambulâncias tipo UTI móvel, para empregados e dependentes, nos acampamentos de Boa Esperança, Sobradinho e Xingó e vendas de casas da Chesf aos seus moradores, nos acampamentos da Empresa.

## ***Remuneração e Benefícios***

Os empregados da Chesf têm direito aos seguintes benefícios: assistência materno-infantil, assistência ao portador de deficiência, atendimento ambulatorial, educação para dependentes, Plano de Assistência Patronal - PAP, que dá aos empregados acesso a centenas de clínicas, hospitais, médicos, dentistas, psicólogos, fonoaudiólogos e outros profissionais de saúde, transporte, vale refeição e alimentação, complementação de auxílio-doença, seguro de vida em grupo e previdência privada, através da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - FACHESF, que conta com 12.282 participantes, sendo 5.327 ativos e 6.955 assistidos.

Em 2007, R\$ 48,2 milhões foram distribuídos para os empregados como participação nos lucros ou resultados – PLR, resultante do cumprimento de metas pré-estabelecidas pela Eletrobrás e pela Chesf: dar lucro e distribuir dividendos, metas financeiras (margem operacional e índice de custeio) e operacionais (disponibilidade operacional do sistema de geração e transmissão). A participação da Chesf no pagamento de mensalidades escolares foi ampliada para os dependentes dos empregados com idade de até 21 anos incompletos.

## ***Capacitação e Desenvolvimento***

A Chesf adotou um sistema de educação corporativa, que visa vincular mais fortemente a aprendizagem às necessidades da organização. Concentram-se nele todas as iniciativas de desenvolvimento das competências individuais que darão suporte à sustentação das competências essenciais empresariais. Tais programas devem construir a ponte entre o desenvolvimento das pessoas e os norteadores estratégicos da Empresa, visando à atuação mais efetiva no mercado.

Em 2007, o número médio de horas de treinamento por empregado foi de 78,83 correspondendo a 3,96% das horas de trabalho. O marco regulatório e a alta competitividade inerentes ao novo Modelo do Setor Elétrico têm exigido da Chesf um redirecionamento estratégico nos processos de capacitação. Nesse sentido, a Companhia vem ampliando a oferta de treinamentos de longa duração, visando ao desenvolvimento de novas competências requeridas, com destaque para as áreas de Engenharia de Produção, Economia e Finanças, Comercialização de Energia, Direito de Energia Elétrica e Gestão de Negócios de Energia Elétrica. Houve um aumento de 141% de empregados participando de treinamentos à distância em relação ao ano anterior.

## ***Saúde e Segurança do Trabalho***

A Companhia elaborou, no exercício, um Plano Corporativo de Saúde e Qualidade de Vida - Viver Bem-Chesf, a partir de informações obtidas na Pesquisa de Saúde e Qualidade de Vida, na pesquisa do Perfil Sócio-Econômico do Empregado, nos resultados dos exames médicos periódicos, e no Índice de Absenteísmo-Doença. O objetivo desse Plano, premiado pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida - ABQV na categoria Programa Global, foi otimizar a utilização dos recursos disponíveis e atuar de forma sistêmica nas ações de prevenção a doenças, recuperação e promoção de saúde e qualidade de vida na Empresa. O Viver Bem-Chesf é constituído por programas e ações, dentre os quais se destacam: Programa de Atendimento Emergencial – PAE (treinamentos com simulação de resgate para empregados que trabalham em áreas de risco) e Programa de Monitoramento Biopsicossocial - MBPS (para empregados que atuam em área de risco na manutenção de linhas de transmissão e equipamentos de subestação), ambos receberam o Prêmio Fundação COGE; atividade física na Companhia (ginástica laboral, academia, massagem); Programa de Reeducação Alimentar; Gestão do Comportamento Humano no Trabalho (visa melhorar as relações sócio-profissionais de equipes de trabalho com alto índice de absenteísmo); e ações educativas de disseminação de informações sobre saúde.

A Companhia realizou, em Recife e Paulo Afonso, seminários direcionados para gerentes e demais empregados, com o objetivo de prevenir a ocorrência de discriminações, violência e assédio moral e sexual no trabalho, e oficinas para capacitação de 40 profissionais de saúde, advogados e membros da Comissão de Ética, para que dêem encaminhamento adequado aos questionamentos e denúncias de empregados sobre esses temas.

Dentre as ações prevencionistas na área de segurança destacam-se a Campanha de Segurança, denominada Segurança Dez, que visa conscientizar e mobilizar os empregados da Chesf para colaborarem com a prevenção dos acidentes de trabalho e o Projeto de Monitoramento de Incidentes, com o objetivo de estudar, de forma multidisciplinar, as causas dos incidentes. Houve redução nos indicadores, de 10,92% na Taxa de Freqüência Acumulada de Acidente do Trabalho Típicos com Afastamento e de 57% na Taxa de Gravidade Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento. A Companhia recebeu o Prêmio Proteção de Segurança, da Revista Proteção, pelo Plano de Auditoria de Segurança do Trabalho para Empresas Contratadas.

### ***Respeito à Diversidade e Eqüidade de Gênero***

A Companhia reconhece que o respeito e a promoção da diversidade são essenciais para uma gestão que propicie um clima organizacional saudável, solidário e facilitador de crescimento profissional.

Como uma maneira de assegurar os direitos individuais e de promover a eliminação de práticas que firam tais direitos, a Chesf incluiu, em vários normativos de gestão de pessoas, item que enfatiza a promoção de diversidade e proíbe a discriminação por gênero, cor/raça, religião, idade, estado civil, orientação sexual, condições de saúde, dentre outras. A Companhia aderiu ao Programa Pró-Eqüidade de Gênero, do Governo Federal, e está implementando as várias ações previstas no Plano de Ação pactuado com a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. O Plano de Ação encontra-se disponível na página da Empresa na internet.

Para atender aos deficientes visuais, foram instalados sintetizadores de voz nos elevadores. Foram treinados em Libras (linguagem brasileira de sinais) 59 empregados e estagiários. A Companhia manteve o Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência – PAPD que inclui um conjunto de ações médicas, educacionais e esportivas, direcionado para empregados e seus dependentes.

### **FORNECEDORES**

A Companhia promove, periodicamente, a atualização de seus fornecedores sobre os procedimentos utilizados para a gestão dos contratos. Atua, também, no sentido de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos. Para tal, foram realizados encontros de um dia, em Recife, Salvador e Paulo Afonso, ao qual compareceram 320 fornecedores. Os requisitos de responsabilidade social e ética são enfatizados em palestra específica que está incluída na programação do evento.

### **RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES**

A Companhia desenvolve os seguintes programas estruturantes:

- Programa Geração – atendimento das populações carentes das microrregiões onde a Empresa implantou geração hidrelétrica, compreendendo o Programa Lagos do São Francisco abrangendo as áreas das hidrelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Apolônio Sales (Moxotó), Complexo Paulo Afonso e Xingó; Programa Sobradinho (municípios lindeiros dessa hidrelétrica); Programa Boa Esperança (municípios vizinhos da hidrelétrica Boa Esperança) e Programa Rio das Contas (municípios nas imediações das hidrelétricas Funil e Pedra);
- Programa Transmissão – atuação nas comunidades de municípios onde estão implantadas as subestações ou que são cortados por linhas de transmissão; e
- Programa Regiões Metropolitanas – atuação em comunidades dos municípios das Regiões Metropolitanas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, onde se situam as principais instalações da Companhia.

A quase totalidade dos programas e projetos que a Chesf implementou tem os seguintes objetivos:

### **Educação, Capacitação e Difusão do Conhecimento**

Os programas de educação, capacitação e difusão do conhecimento desenvolvidos pela Chesf, em 2007, alcançaram mais de 5.913 crianças, jovens e adultos de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Ceará e Piauí, destacando-se: curso de pedagogia à distância concluído por 250 professores de ensino fundamental e médio de municípios da região dos Lagos do São Francisco; estágio curricular remunerado para estudantes de nível universitário e de segundo grau e para estudantes com deficiência, beneficiando 205 jovens, na sede e nas regionais; programas jovens aprendizes e menores aprendizes alcançando 151 adolescentes de comunidades próximas aos escritórios da Companhia; capacitação de 160 jovens e adolescentes em agricultura, no município de Cícero Dantas; capacitação em informática para 324 jovens, em Recife, realizada por voluntários da Companhia; capacitação à distância em gestão pública e gestão de negócios para 515 pessoas em Recife; projetos para complementação escolar e desenvolvimento de habilidades para 1009 crianças e adolescentes, em Recife, Sobradinho e Salvador; preparação para vestibular e concurso para 294 jovens e adolescentes; Programa Leia Mais, para incentivo à leitura, em Paulo Afonso, envolvendo 2.922 crianças e adolescentes; doação de 2.200 livros infanto-juvenis para 10 escolas, em Recife; Curso Gênero e Geração de Renda, para 83 pessoas, representantes de ONG's, associações, cooperativas e órgãos públicos da Bahia e de Pernambuco, com o objetivo de capacitá-los para melhor gerenciar projetos para geração de renda.

### **Geração de Trabalho e Renda e Desenvolvimento Regional**

A Chesf implementou projetos alinhados a programas sociais do Governo Federal, como o Luz para Todos. No Nordeste, este Programa é coordenado pelo Diretor de Operação da Companhia e realizou 155.882 ligações que beneficiaram 779.882 pessoas. Ainda no contexto de decisões do Governo Federal, no âmbito do PAC, a Chesf transferiu para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf o acervo de projetos de saneamento para coleta e tratamento de esgotos nas sedes municipais da borda do lago de Itaparica.

Dentro dos Programas Transmissão e Regiões Metropolitanas, a Companhia continuou prestando assistência à gestão das hortas comunitárias implantadas anteriormente em Salvador e em Messias. As hortas estão produzindo e beneficiando 85 famílias com uma renda mensal, por família, em torno de 500 reais. No Programa Regiões Metropolitanas, a Chesf patrocinou a compra de equipamentos para implantação de escola de gastronomia, em João Pessoa, numa parceria com a Prefeitura dessa cidade, e a compra de equipamentos para projeto em Vitória de Santo Antão, onde foram capacitadas 50 mulheres para geração de renda. Parte das mulheres participantes do projeto já consegue garantir renda necessária para sua subsistência.

No Programa Lagos do São Francisco, destacam-se: o sucesso da produção do camarão pitu em cativeiro, procedimento que era tentado há mais de dez anos; a difusão do conhecimento e transferência de tecnologia para 80 piscicultores nos reservatórios de Itaparica, Moxotó, Xingó e no leito do rio no baixo São Francisco e a retomada dos projetos de apicultura com cerca de 12 pólos de produção de mel, beneficiando 300 pessoas. A Companhia continuou apoiando o projeto de Arqueologia de Xingó, visitado no exercício por cerca de 6 mil pessoas e patrocinou a construção do Caminho do Calvário, em Água Branca, que permitirá a expansão do turismo na região.

### **Complementação Alimentar**

Os projetos na área de complementação alimentar beneficiaram diretamente 850 pessoas, com destaque para o projeto de agricultura familiar nos assentamentos de Lameirão e Malhada.

### **Promoção da Saúde**

No Hospital Nair Alves de Souza - HNAS, em Paulo Afonso, a Companhia investiu R\$ 8.187 milhões, utilizados para melhorias na gestão, manutenção do hospital, compra de UTI's semi-intensivas e aparelhos de Raio X. Foram atendidas, no exercício, 96 mil pessoas de 22 cidades de 5 Estados do Nordeste, num total de 307.160 procedimentos.

O Programa Viva Mulher, em Paulo Afonso, continuou atendendo 400 mulheres da comunidade, para tratamento do câncer ginecológico. Foi realizada a Feira de Saúde e Cidadania em comunidades do entorno das instalações da Companhia em Recife, Paulo Afonso, Salvador, Sobradinho e Teresina, com programação que incluiu: oficinas sobre saúde infantil, prevenção de doenças e higiene e palestras sobre prevenção da violência doméstica, beneficiando, aproximadamente, 1.000 adolescentes e adultos, na sua maioria mulheres; exames especializados e atendimento médico para 1.695 mulheres; receberam orientação para a prevenção de doenças e uso de drogas 600 crianças e adolescentes; e atendimento médico para 200 crianças, em Salvador.

Na área de abrangência do Programa Sobradinho (municípios de Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Sobradinho e Sento Sé), foi concluída a construção de 4 depósitos para recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos, suporte essencial para solução de grave problema ambiental e de saúde da população da borda do lago de Sobradinho.

Objetivando apoiar ações de saúde pública, a Chesf mantém um posto de saúde do Programa de Saúde da Família - PSF, no Perímetro Irrigado Pedra Branca, bem como o tratamento e distribuição de água potável para uma população de mais de 500 famílias do Município de Abaré.

Mantém, ainda, postos de saúde no Município de Curaçá e no Município de Tacaratu, também para atendimento à população de agricultores reassentados no Projeto de Implantação do Reservatório de Itaparica.

### **Cidadania**

Ciente da complexidade e pluralidade das regiões onde estão localizadas suas instalações, a Chesf contribuiu com diversos programas e projetos de fortalecimento da identidade e de construção da cidadania, atendendo mais de 13.000 pessoas. Em Paulo Afonso, a Chesf apoiou a instalação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher e a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sendo representada nesse Conselho e no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

Foi assinado Termo de Ajustamento de Conduta com a FUNAI e o Ministério Público Federal -MPF de Pernambuco, no valor de R\$ 3 milhões, referentes aos danos potenciais causados no passado e pelos danos previstos até 2015, pelas linhas de transmissão da Chesf na comunidade indígena Fulni-ô.

Na Sede e nas Regionais, a Companhia teve participação ativa na Campanha 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, com realização de palestras para as comunidades e distribuição de peças da campanha para rádios comunitárias.

### **Sustentabilidade Ambiental**

A Chesf adota uma gestão sistemática dos impactos e das questões ambientais decorrentes de seus ativos de geração e transmissão, bem como de processos de armazenagem e movimentação de produtos perigosos, tendo destinado, em 2007, R\$ 13,3 milhões para programas que visam à preservação do meio ambiente.

Na área de geração, todos os empreendimentos encontram-se com licenças de operação, restando apenas uma revisão na licença de operação da UHE Pedra, na Bahia. Foram realizados mais de 20 programas socioambientais, como: Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); Programa de Monitoramento Limnológico e Qualidade da Água; Programa de Manejo e Conservação da Ictiofauna; Programa de Incentivo ao Associativismo e ao Cooperativismo para os Pescadores do Baixo São Francisco; Programa de Saúde e Educação Ambiental, voltado para as Comunidades de Pescadores do Baixo São Francisco; Programa de Resgate Arqueológico. Foi concluído o Programa de Monitoramento e Avaliação da Introdução da Cunha Salina no Estuário do Rio São Francisco e realizados levantamentos e análise dos Estudos Ambientais dos novos aproveitamentos do Parnaíba e análise dos estudos ambientais do aproveitamento hidrelétrico Riacho Seco, no rio São Francisco.

Na área de transmissão, todos os empreendimentos posteriores a 1988 estão licenciados, existindo, ainda, 135 empreendimentos, anteriores a esta data, cuja regularização foi requerida aos órgãos ambientais. Foi obtida a Licença de Instalação para a linha de transmissão Milagres-Coremas e iniciado o processo de licenciamento ambiental para 5 novas linhas de transmissão de 230 kV, arrematadas em leilão, para serem implantadas na Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Foram renovadas 41 Licenças Ambientais e atendidas 533 condicionantes, através de diversos Programas Ambientais, tais como: Programa de Monitoramento de Fauna e de Flora, Plano de Manejo da Reserva Biológica de Serra Negra, Implantação da Revitalização do Rio Mamucabas, Controle de Processos Erosivos e Recuperação de Áreas Degradadas, Levantamento, Prospecção e Resgate Arqueológico, entre outros.

A área de produtos perigosos conta com 6 licenças de operação para diversas instalações de guarda e manuseio desses produtos, com 60 condicionantes, além das ações de monitoramento dos riscos ambientais de resíduos e descarte de produtos perigosos. Foi obtida a anuênciaria para operação da termelétrica Camaçari, em atendimento às determinações do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE.

Foram realizadas diversas campanhas educativas nas comunidades sobre a prevenção de riscos nas proximidades de linhas de transmissão e de subestações, referentes a: pipas, crianças escalando torres, caça de aves, queimadas da vegetação e de lixo, roubos de peças, vandalismo, resíduos sólidos e erosão nas bases das torres. Estas campanhas envolveram mais de 2.500 pessoas de comunidades situadas nas imediações dos empreendimentos nos Estados do Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco. Além dessas campanhas, foram implantados programas de educação e saúde ambiental, em cumprimento às condicionantes das licenças ambientais, envolvendo cerca de 10.000 pessoas do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia.

Na questão da compensação ambiental, foram aplicados R\$ 500 mil, referentes a equipamentos para Unidades de Conservação, sendo desenvolvidos, ainda, os Planos de Manejo da Reserva Biológica da Serra Negra, em Pernambuco, e da Reserva Biológica de Santa Isabel, em Sergipe.

Para atender ao Programa Nacional de Revitalização do São Francisco, na questão da recuperação de matas ciliares nas margens do São Francisco, foram plantadas 150.694 mudas nos municípios de Itacuruba, Belém do São Francisco, Petrolândia e Santa Maria da Boa Vista.

Encontram-se em andamento 5 ações promovidas pelo Ministério Público, referentes às Áreas de Preservação Permanente – APP, nas bordas dos reservatórios das hidrelétricas de Pedra e do complexo Paulo Afonso e na subestação Cotegipe, questão indígena dos Truká e aparecimento de macrófitas nas praias de Sergipe.

Em 2007, a Chesf não foi multada por violação de normas de proteção ambiental, ressaltando-se que não há qualquer restrição às atividades operacionais da Companhia.

### ***Programa do Reassentamento de Itaparica***

A Chesf investiu R\$ 109,5 milhões no Programa do Reassentamento de Itaparica, em obras e serviços, em aquisições de equipamentos, em assistência ao reassentado e à produção agrícola, em programas ambientais, em indenizações à comunidade indígena Tuxá, na regularização fundiária e no apoio a municípios da área de influência dos perímetros agrícolas.

No tocante às obras, foi iniciada a implantação do sistema de captação e adução de água para o Projeto Jusante, localizado no Município de Glória, e licitada mais uma fase do Perímetro Barreiras Bloco 2 (Município de Tacaratu), que corresponde às redes de distribuição de água e às estradas de acesso aos lotes irrigados.

No programa de implantação de drenagem agrícola, foram contratadas as obras para complementação do Projeto Pedra Branca. Foram ainda seqüenciadas a reforma e a adequação dos sistemas de cloração das Estações de Tratamento de Água - ETA domiciliar das agrovilas do Projeto Brígida, Rodelas (Araticum), Barreiras Bloco 1 e Brejinho.

A Companhia assistiu aos reassentados e à produção nos perímetros irrigados em operação, custeando as ações relativas à operação da infra-estrutura de uso comum de irrigação, assistência técnica e extensão rural aos irrigantes, além de pagar Verba de Manutenção Temporária – VMT aos reassentados que ainda não dispõem de lote irrigado apto para produção.

Os municípios de Santa Maria da Boa Vista e de Abaré, onde estão localizados os Perímetros Fulgêncio e Pedra Branca, respectivamente, foram apoiados mediante Termo de Cooperação Financeira, no sentido de poderem prover os serviços públicos de saúde e manutenção viária à população reassentada nas agrovilas daqueles perímetros.

Foi firmado Termo de Cooperação com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf, com prazo de execução de 5 anos, para administração das ações de cunho hidroagrícolas e para a transferência das infra-estruturas de uso comum dos perímetros irrigados cujos procedimentos já foram iniciados. Dentre as ações, está prevista a participação direta dos irrigantes na gestão da infra-estrutura de irrigação, com consequente redução de custos, recuperação de parte das despesas operacionais, mediante recolhimento de tarifas d'água e maior conscientização dos usuários da irrigação com relação às questões ambientais associadas ao manejo solo-água-planta.

## **INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf , são demonstrados a seguir:

## INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

(Valores expressos em milhares de reais)						
<b>1 - Geração e Distribuição de Riqueza</b>	<b>Em 2007:</b>	<b>3.168.126</b>	<b>Em 2006:</b>	<b>2.686.020</b>		
Distribuição do Valor Adicionado	44,1% governo 20,6% acionistas		15,2% empregados 20,1% financiadores	41,8% governo 17,0% acionistas		13,9% empregados 27,3% financiadores
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.						
<b>2 - RECURSOS HUMANOS</b>	<b>Em 2007:</b>		<b>Em 2006:</b>			
<b>2.1 - Remuneração</b>						
Folha de pagamento bruta (FPB)	490.493		437.595			
- Empregados	487.879		435.015			
- Administradores	2.614		2.580			
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	23,3		24,4			
- Administradores	1,0		1,0			
<b>2.2 - Benefícios Concedidos</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre FPB</b>	<b>% sobre RL</b>
Encargos Sociais	99.698	20,3%	3,0%	94.039	21,5%	2,7%
Alimentação	32.359	6,6%	1,0%	30.442	7,0%	0,9%
Transporte	718	0,1%	0,0%	682	0,2%	0,0%
Previdência privada	28.857	5,9%	0,9%	25.234	5,8%	0,7%
Saúde	31.895	6,5%	1,0%	29.230	6,7%	0,8%
Segurança e medicina do trabalho	2.233	0,5%	0,1%	2.240	0,5%	0,1%
Educação	5.804	1,2%	0,2%	5.040	1,2%	0,1%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.676	1,4%	0,2%	6.984	1,6%	0,2%
Creches ou auxílio creche	5.701	1,2%	0,2%	1.569	0,4%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	54.504	11,1%	1,7%	48.200	11,0%	1,4%
<b>Total</b>	<b>268.445</b>	<b>54,7%</b>	<b>8,1%</b>	<b>243.660</b>	<b>55,7%</b>	<b>7,0%</b>
<b>2.3 - Composição do Corpo Funcional</b>						
Nº de empregados no final do exercício	5.640		5.688			
Nº de admissões	7		202			
Nº de demissões	55		142			
Nº de estagiários no final do exercício	185		282			
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	43		43			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-		-			
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	4.484		4.523			
- Feminino	1.156		1.165			
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-		-			
- De 18 a 35 anos	915		1.000			
- De 36 a 60 anos	4.447		4.458			
- Acima de 60 anos	278		230			
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0		21			
- Com ensino fundamental	1.101		1.095			
- Com ensino médio	442		447			
- Com ensino técnico	2.188		2.198			
- Com ensino superior	1.736		1.754			
- Pós-graduados	173		173			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	86,8%		86,7%			
- Feminino	13,2%		13,3%			
<b>2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:</b>						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.040		1.209			
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	349		158			
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	216		396			
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	-		10.723			
<b>3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
<b>3.1 - Relacionamento com a comunidade</b>						
Total dos investimentos em:						
Educação	3.844	0,5%	0,1%	1.509	0,2%	0,0%
Cultura	11.278	1,4%	0,3%	21.292	2,3%	0,6%
Saúde e infra-estrutura	9.022	1,1%	0,3%	7.632	0,8%	0,2%
Esporte e lazer	2.689	0,3%	0,1%	2.485	0,3%	0,1%
Alimentação	479	0,1%	0,0%	613	0,1%	0,0%
Geração de trabalho e renda	1.790	0,2%	0,1%	2.138	0,2%	0,1%
Reassentamento de famílias	109.459	13,5%	3,3%	148.787	16,1%	4,2%
<b>Total dos investimentos</b>	<b>138.561</b>	<b>17,1%</b>	<b>4,2%</b>	<b>184.456</b>	<b>20,0%</b>	<b>5,3%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	773.574	95,2%	23,4%	431.761	46,8%	12,3%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	222.707	27,4%	6,8%	206.552	22,4%	5,9%
<b>Total - Relacionamento com a comunidade</b>	<b>1.134.842</b>	<b>139,7%</b>	<b>34,4%</b>	<b>822.769</b>	<b>89,2%</b>	<b>23,5%</b>
<b>3.2 - Interação com os Fornecedores</b>			São exigidos controles sobre:			
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores			Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno ou insalubre de menores de 18 anos.			

4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2007			Em 2006		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	7.869	1,0%	0,2%	5.931	0,6%	0,2%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	2.187	0,3%	0,1%	1.825	0,2%	0,1%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	95	0,0%	0,0%	53	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	1.296	0,2%	0,0%	1.368	0,1%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.762	0,2%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	8	0,0%	0,0%	7	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total da Interação com o meio ambiente</b>	<b>13.209</b>	<b>1,6%</b>	<b>0,4%</b>	<b>9.177</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,3%</b>
<b>5 - Outras informações</b>	<b>2007</b>		<b>2006</b>			
Receita Líquida (RL)	3.980.753			3.265.709		
Resultado Operacional (RO)	1.041.975			391.539		

Recife, 06 de março de 2008.

## A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2007</b>	<b>2006</b> <small>(Reclassificado)</small>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Numerário disponível	30.913	34.510
Aplicações no mercado aberto - nota 5	543.187	134.355
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	1.039.921	882.495
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 33	(190.504)	(48.821)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	10.983	57.140
Estoques - nota 8	71.066	67.362
Créditos fiscais - nota 9	86.814	31.403
Títulos e valores mobiliários - nota 5	32	30
Cauções e depósitos vinculados	48.064	3.923
Reserva Global de Reversão	11.141	11.727
Serviços em curso	84.548	81.268
Outros - nota 10	52.877	32.531
	<b>1.789.042</b>	<b>1.287.923</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias - nota 6	112.704	349.209
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota 33	(15.023)	(60.141)
Tributos e contribuições a recuperar - nota 7	8.552	-
Títulos e valores mobiliários - nota 5	740	703
Bens e direitos destinados a alienação	10.769	5.928
Créditos fiscais - nota 9	134.444	175.292
Outros - nota 11	5.476	8.367
	<b>257.662</b>	<b>479.358</b>
<b>Investimentos</b> - nota 12	<b>157.673</b>	<b>115.427</b>
<b>Imobilizado</b> - nota 13	<b>16.125.104</b>	<b>16.238.516</b>
<b>Intangível</b> - nota 14	<b>138.247</b>	<b>117.622</b>
<b>Diferido</b>	<b>276</b>	<b>464</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>18.468.004</b>	<b>18.239.310</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2007</b>	<b>2006</b> <small>(Reclassificado)</small>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores - nota 15	263.926	204.392
Folha de pagamento	7.608	6.878
Tributos e contribuições sociais - nota 16	214.893	70.993
Empréstimos e financiamentos - nota 17	467.687	619.215
Encargos de dívidas - nota 17	50.680	54.265
Participação nos lucros ou resultados - nota 27	54.504	48.200
Remuneração aos acionistas - nota 28	240.014	204.197
Obrigações estimadas	71.474	55.910
Entidade de previdência privada - nota 19	167.388	158.458
Pesquisa e Desenvolvimento	130.501	118.571
Outros - nota 18	101.011	106.798
	<b>1.769.686</b>	<b>1.647.877</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Tributos e contribuições sociais - nota 16	40.535	63.891
Empréstimos e financiamentos - nota 17	4.040.440	4.256.636
Entidade de previdência privada - nota 19	357.299	474.480
Provisões para contingências - nota 20	336.068	305.434
Outros - nota 21	57.972	37.618
	<b>4.832.314</b>	<b>5.138.059</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social - nota 22	1.696.306	1.696.306
Reservas de capital - nota 22	7.416.199	7.416.199
Reservas de lucros - nota 22	2.459.103	2.046.473
	<b>11.571.608</b>	<b>11.158.978</b>
Recursos destinados a aumento de capital	294.396	294.396
	<b>11.866.004</b>	<b>11.453.374</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>18.468.004</b>	<b>18.239.310</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2007</b>	<b>2006</b> (Reclassificado)
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>		
Fornecimento de energia elétrica - nota 23	622.417	589.205
Suprimento de energia elétrica - nota 23	2.950.647	2.258.227
Disponibilização do sistema de transmissão - nota 23	1.123.832	1.094.172
Outras receitas operacionais	8.540	8.176
	<b>4.705.436</b>	<b>3.949.780</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	(122.005)	(99.825)
ICMS sobre energia elétrica	(77.237)	(74.210)
ISS	(467)	(332)
Pesquisa e Desenvolvimento	(40.215)	(152.172)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC	(106.637)	(113.059)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(17.601)	(16.333)
PROINFA	(19.594)	(12.638)
PIS/PASEP	(60.799)	(40.392)
COFINS	(280.128)	(175.110)
	<b>(724.683)</b>	<b>(684.071)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.980.753</b>	<b>3.265.709</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b> - nota 25		
<b>Custo com energia elétrica</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(173)	(1.490)
Encargos de uso da rede elétrica	(614.469)	(575.476)
<b>Custo de operação</b>		
Pessoal	(173.623)	(134.216)
Material	(13.528)	(8.037)
Combustíveis para a produção de energia	(37.020)	(3.173)
Serviço de terceiros	(48.241)	(38.697)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(222.707)	(206.552)
Depreciação e amortização	(542.450)	(527.327)
Outras	35.033	12.847
	<b>(1.617.178)</b>	<b>(1.482.121)</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS</b> - nota 25	<b>(3.865)</b>	<b>(5.484)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>2.359.710</b>	<b>1.778.104</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b> - nota 25	<b>(831.127)</b>	<b>(583.779)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>1.528.583</b>	<b>1.194.325</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>		
Renda de aplicações financeiras	27.237	22.243
Variação monetária e acréscimos moratórios - energia vendida	109.234	131.172
Outras variações monetárias ativas	771	14.827
Outras receitas financeiras	16.454	4.346
Pis/Pasep e Cofins	(14)	(23)
Encargos de dívidas	(573.671)	(614.466)
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	16.749	(2.716)
Outras variações monetárias passivas	(41.302)	(49.903)
Outras despesas financeiras	(42.066)	(68.266)
	<b>(486.608)</b>	<b>(562.786)</b>
<b>Resultado Operacional antes dos Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>1.041.975</b>	<b>631.539</b>
Juros sobre o capital próprio	-	(240.000)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>1.041.975</b>	<b>391.539</b>
Receita não operacional	3.292	2.328
Despesa não operacional	(9.417)	(8.176)
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(6.125)</b>	<b>(5.848)</b>
<b>Lucro antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda</b>	<b>1.035.850</b>	<b>385.691</b>
Contribuição social - nota 26	(88.581)	(32.798)
Imposto de renda - nota 26	(240.632)	(87.666)
<b>Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>706.637</b>	<b>265.227</b>
Participação nos lucros ou resultados - nota 27	(54.007)	(47.877)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	240.000
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>652.630</b>	<b>457.350</b>
Lucro líquido por ação (R\$)	15,65	10,97

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## **DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS (**)	LUCROS ACUMULADOS	SUBTOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
<b>SALDO EM 31/12/2005</b>	<b>1.278.585</b>	<b>7.416.199</b>	<b>2.246.844</b>	-	<b>10.941.628</b>	<b>294.396</b>	<b>11.236.024</b>
Aumento de capital com reserva de lucros	417.721	-	(417.721)	-	-	-	-
Realização de reservas de lucros	-	-	(22.118)	22.118	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	457.350	457.350	-	<b>457.350</b>
Destinações:							
Reserva legal	-	-	22.867	(22.867)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - nota 28	-	-	-	(240.000)	(240.000)	-	<b>(240.000)</b>
Reserva de retenção de lucros	-	-	216.601	(216.601)	-	-	-
<b>SALDO EM 31/12/2006</b>	<b>1.696.306</b>	<b>7.416.199</b>	<b>2.046.473</b>	-	<b>11.158.978</b>	<b>294.396</b>	<b>11.453.374</b>
Realização de reservas de lucros	-	-	(22.399)	22.399	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	652.630	652.630	-	652.630
Destinações:							
Reserva legal	-	-	32.631	(32.631)	-	-	-
Dividendos propostos - nota 28	-	-	-	(240.000)	(240.000)	-	<b>(240.000)</b>
Reserva de retenção de lucros (*)	-	-	402.398	(402.398)	-	-	-
<b>SALDO EM 31/12/2007</b>	<b>1.696.306</b>	<b>7.416.199</b>	<b>2.459.103</b>	-	<b>11.571.608</b>	<b>294.396</b>	<b>11.866.004</b>

(\*) O valor de R\$ 402.398 mil, destinado à Reserva de retenção de lucros, correspondente à parcela não-distribuída do lucro líquido do exercício, integra as fontes de recursos que compõem o orçamento de investimento da Companhia.

(\*\*) Considerando o estabelecido no art. 199 da Lei nº 6.404/1976, há, no exercício, um excesso do limite das reservas de lucros, no valor de R\$ 256.776 mil, que será objeto de aumento do capital social da Companhia na próxima Assembléia Geral Extraordinária – AGE (nota 22).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

**ORIGENS**

Das operações

	<b>2007</b>	<b>2006 (Reclassificado)</b>
Lucro Líquido do Exercício	652.630	457.350
Despesas (Receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	594.478	563.528
Variações monetárias e cambiais de longo prazo (líquidas)	21.006	(16.425)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(53.006)	(27.727)
Energia livre - nota 33	(86.863)	(188.815)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.281)	-
Passivo regulatório da transmissão	5.772	-
Outras	(342)	343
	<b>1.132.394</b>	<b>788.254</b>
De terceiros		
Financiamentos obtidos	390.741	231.102
Passivo Circulante transferido para o Não Circulante:		
Entidade de previdência privada	(69.280)	81.732
Tributos e contribuições sociais	4.397	11.894
Ativo Não Circulante (RLP) transferido para o Circulante:		
Financiamentos a terceiros - moeda nacional	5.185	3.980
Créditos fiscais	97.022	37.318
Títulos a receber – consumidores	426.630	373.661
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.837)	60.141
Bens e direitos destinados a alienação	15.888	580
Provisão para contingências	74.501	157.271
Encargos do consumidor a recolher	19.174	305
Outros credores – Fachesf	-	26.346
Baixas do Ativo Imobilizado	27.525	13.898
Outras	433	63
	<b>948.379</b>	<b>998.291</b>
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b>2.080.773</b>	<b>1.786.545</b>

**APLICAÇÕES**

No aumento do Ativo Não Circulante (RLP):

Financiamentos a terceiros – moeda nacional	3.344	1.123
Títulos a receber – consumidores	102.691	8.517
Atualização Finsocial	8.552	-
Créditos fiscais	3.168	10.253
Bens e direitos destinados a alienação	20.766	1.980
No Investimento		
Em bens e direitos para uso futuro	7.909	-
Em participações societárias permanentes	34.337	19.521
Nas aquisições para o Imobilizado e Intangível	538.428	584.396
Passivo Não Circulante transferido para o Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	596.549	473.470
Entidade de previdência privada	81.639	158.153
Tributos e contribuições sociais	570	6.124
Fornecedores	3.196	31.723
Outros credores – Fachesf	-	5.259
Provisão para contingências	43.867	148.157
Encargos do consumidor a recolher	917	3.366
Em encargos financeiros e efeitos inflacionários	15.530	21.164
Em remuneração aos acionistas - nota 28	240.000	240.000
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b>1.701.463</b>	<b>1.713.206</b>
<b>Aumento do capital circulante líquido</b>	<b>379.310</b>	<b>73.339</b>

**Ativo Circulante**

No início do exercício	1.287.923	1.273.641
No fim do exercício	1.789.042	1.287.923
	<b>501.119</b>	<b>14.282</b>

**Passivo Circulante**

No início do exercício	1.647.877	1.706.934
No fim do exercício	1.769.686	1.647.877
	<b>121.809</b>	<b>(59.057)</b>
	<b>379.310</b>	<b>73.339</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2007</b>	<b>2006</b> (Reclassificado)
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	652.630	457.350
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	594.478	563.528
Variações monetárias e cambiais de longo prazo (líquidas)	21.006	(16.425)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(53.006)	(27.727)
Energia livre - nota 33	(86.863)	(188.815)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.281)	-
Passivo regulatório da transmissão	5.772	-
Outras	(342)	343
	<b>1.132.394</b>	<b>788.254</b>
<b>Variação no Ativo Circulante</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(157.426)	(6.777)
Estoques	(3.704)	1.795
Tributos e contribuições a recuperar	46.157	(31.667)
Adiantamentos a empregados	(3.440)	6.445
Cauções e depósitos vinculados	(44.141)	557
Créditos fiscais	(55.411)	(17.032)
Serviços em curso	(3.280)	559
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	141.683	48.821
Desativações em curso	(2.932)	(1.287)
Alienações em curso	(2.927)	966
Outros ativos operacionais	(10.463)	(9.897)
	<b>(95.884)</b>	<b>(7.517)</b>
<b>Variação no Passivo Circulante</b>		
Fornecedores	59.534	(31.452)
Tributos e contribuições sociais	143.900	13.170
Obrigações estimadas	15.564	5.625
Participação nos lucros ou resultados	6.304	4.722
Encargos do consumidor a recolher	(7.485)	147
Pesquisa e Desenvolvimento	11.930	118.571
Outros passivos operacionais	2.428	13.909
	<b>232.175</b>	<b>124.692</b>
<b>Aplicação do Ativo Não Circulante (RLP)</b>		
Títulos a receber – consumidores	323.939	365.144
Créditos fiscais	93.854	27.065
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(43.837)	60.141
Atualização Finsocial	(8.552)	-
Outras	(3.037)	1.457
	<b>362.367</b>	<b>453.807</b>
<b>Aumento do Passivo Não Circulante</b>		
Provisões para contingências	30.634	9.114
Encargos do consumidor a recolher	19.174	305
Outros credores – Fachessf	-	21.087
	<b>49.808</b>	<b>30.506</b>
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>1.680.860</b>	<b>1.389.742</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aplicações no Ativo Imobilizado e Intangível	(538.428)	(584.396)
Bens e direitos para uso futuro	(7.909)	-
Participações societárias permanentes	(34.337)	(19.521)
	<b>(580.674)</b>	<b>(603.917)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	390.741	231.102
Encargos a pagar sobre empréstimos e financiamentos	529.758	566.208
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(7.915)	(454)
Pagamentos de parcelas de C. P. de emprést. e financiamentos de natureza de L.P	(740.492)	(447.433)
Encargos financeiros pagos a acionistas e partes relacionadas	(459.123)	(385.865)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(89.420)	(257.780)
Remuneração paga aos acionistas	(211.294)	(340.603)
Entidade de previdência privada	(141.989)	(157.825)
Baixas do Ativo Imobilizado	27.525	13.898
Outros	7.258	1.148
	<b>(694.951)</b>	<b>(777.604)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>405.235</b>	<b>8.221</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	168.865	160.644
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	574.100	168.865
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA</b>	<b>405.235</b>	<b>8.221</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Receitas</b>		
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	4.705.436	3.949.780
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(96.566)	(108.962)
Resultado não operacional	(6.125)	(5.848)
	<b>4.602.745</b>	<b>3.834.970</b>
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Material	30.655	28.272
Combustíveis para a produção de energia	37.020	3.173
Serviço de terceiros	129.262	118.678
Energia elétrica comprada para revenda	173	1.490
Encargos de uso da rede elétrica	614.469	575.476
Outros	182.258	30.921
	<b>993.837</b>	<b>758.010</b>
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>3.608.908</b>	<b>3.076.960</b>
<b>(-) Retenções</b>		
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	<b>594.478</b>	<b>563.528</b>
<b>(=) Valor Adicionado Líquido</b>	<b>3.014.430</b>	<b>2.513.432</b>
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>		
Receitas financeiras	<b>153.696</b>	<b>172.588</b>
<b>(=) Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>3.168.126</b>	<b>2.686.020</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Pessoal:</b>		
Salários/benefícios/FGTS	362.391	320.314
Participação nos lucros ou resultados	54.007	47.877
Honorários da diretoria	1.797	1.830
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	34.799	(22.392)
Entidade de previdência privada – contribuições normais	28.857	25.234
	<b>481.851</b>	<b>372.863</b>
<b>Governos:</b>		
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	78.442	75.005
Tributos	773.574	431.761
Encargos regulatórios - nota 24	544.413	616.882
	<b>1.396.429</b>	<b>1.123.648</b>
<b>Financiadores:</b>		
Encargos financeiros, variação monetária e outros		
Eletrobrás	487.375	510.491
Outros financiadores	130.479	205.223
Aluguéis	19.362	16.445
	<b>637.216</b>	<b>732.159</b>
<b>Acionistas:</b>		
Juros sobre o capital próprio	-	240.000
Dividendos	240.000	-
	<b>240.000</b>	<b>240.000</b>
<b>Lucros retidos</b>	<b>412.630</b>	<b>217.350</b>
<b>Valor adicionado médio por empregado</b>	<b>3.168.126</b>	<b>2.686.020</b>
	<b>562</b>	<b>472</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)

### **1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro do Bongi, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma empresa de economia mista de capital aberto, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobrás, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica. Seu principal mercado está situado na Região Nordeste, onde atende diretamente aos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, cobrindo uma área superior a 1,2 milhão de quilômetros quadrados, equivalente a 14,3% do território nacional. A partir do exercício de 2002, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento - contratos iniciais - à razão de 25% ao ano, de acordo com a Lei nº 9.648, de 27/05/1998, a Companhia passou a ter penetração nacional, com atendimento às demandas das demais regiões do País.

As operações da Companhia com a geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.618 MW. A transmissão de energia é realizada por um sistema composto de 83 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e de 18.468 quilômetros de linhas de alta tensão.

A comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças, entre as energias geradas e as vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A atividade de Transmissão e a consequente Receita Anual Permitida - RAP, estipulada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, cujo montante é anualmente reajustado, é suportada por Contratos de Prestação de Serviços de Transmissão – CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCT, todos vinculados ao Contrato de Concessão de Transmissão. Para as autorizações concedidas pela ANEEL, através de resoluções, para novos empreendimentos caracterizadas como Receita de Novos Investimentos - RBNI, estarão sujeitas a uma revisão tarifária a cada 4 anos com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária. As demais instalações existentes quando da determinação do contrato de concessão, definidas como Receita de Rede Básica dos Serviços Existentes - RBSE tem a sua receita fixada e reajustada anualmente até o final da concessão, julho de 2015. Adicionando-se ao contrato de concessão existente, a Chesf vem assinando novos contratos de concessão para a prestação dos serviços de transmissão na Rede Básica, decorrentes de leilões de transmissão promovidos pela ANEEL. A receita obtida nesses leilões de transmissão são fixas e reajustadas anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão - 30 anos - e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada 4 anos.

A partir de 01 de março de 1999, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da ANEEL, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão da Companhia estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle da referida sociedade.

## 2 - DAS CONCESSÕES

A Companhia detém as seguintes concessões e permissões:

CONCESSÕES/ PERMISSÕES	Rio	Capacidade Instalada (MW)	Capacidade Utilizada Em 2007 (MW médio/ano)	Data da Concessão/ Permissão	Data de Vencimento
<b>USINAS</b>					
<b>Hidrelétricas</b>					
Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	-	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	285,709	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	400,505	03/10/1945	02/10/2015
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	1.427,471	03/10/1945	02/10/2015
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	170,208	03/10/1945	02/10/2015
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	1.050,338	03/10/1945	03/10/2015
Xingó	São Francisco	3.162,000	2.469,280	03/10/1945	02/10/2015
Piloto	São Francisco	2,000	-	16/02/1949	07/07/2015
Araras	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
Funil	das Contas	30,000	14,165	25/08/1961	07/07/2015
Pedra	das Contas	20,007	3,505	25/08/1961	07/07/2015
Castelo Branco (B. Esperança)	Parnaíba	237,300	127,393	11/10/1965	10/10/2015
Sobradinho	São Francisco	1.050,300	586,906	10/02/1972	09/02/2022
Curemas	Piancó	3,520	1,046	26/11/1974	25/11/2024
<b>Termelétrica</b>					
Camaçari	-	350,000	4,691	11/08/1977	(*)10/08/2007

## SISTEMA DE TRANSMISSÃO

### Contrato de Concessão nº 061/2001 – ANEEL:

#### Em serviço:

- 82 subestações de transmissão, 15 subestações elevadoras e 18.260 km de linhas de alta tensão.

29/06/2001 07/07/2015

### Contratos obtidos por meio de Leilões da ANEEL:

#### Em serviço:

- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão de 208 km.

04/03/2005 03/03/2035

#### Em construção:

- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE/PB), em 230 kV, com extensão aproximada de 120 km.
- Linha de transmissão Funil/Itapebi (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 200 km.
- Linha de transmissão Ibicoara/Brumado (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 100 km.
- Linha de transmissão Picos/Tauá (PI/CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 180 km.
- Linha de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, com extensão aproximada de 135 km.

04/03/2005 03/03/2035

20/04/2007 20/04/2037

14/06/2007 14/06/2037

14/06/2007 14/06/2037

14/06/2007 14/06/2037

14/06/2007 14/06/2037

Obs.: Capacidade Utilizada corresponde à geração média, em MW, no período.

(\*) Prorrogação solicitada à ANEEL, em 30/03/2005. Processo atualmente no MME para decisão.

A capacidade instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;
- a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

A produção das usinas do Sistema Chafariz é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamento que vão desde o nível anual até os diário e horário, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que define o montante e a origem da geração necessária para atender aos requisitos energéticos do País de forma otimizada, levando em conta as necessidades do mercado, as disponibilidades hídrica e de máquinas, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia por intermédio de um complexo sistema que interliga as diferentes regiões.

### **3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com a legislação societária brasileira e atende às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as práticas contábeis descritas a seguir.

Para efeito de melhor apresentação e comparabilidade com o exercício atual, as colunas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do exercício anterior foram reclassificadas conforme a seguir:

	<b>2007</b>	<b>2006</b>			
		<b>Reclassificado</b>	<b>Ajuste</b>	<b>Publicado</b>	
<b>Balanço Patrimonial</b>					
<b>Ativo Circulante</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(190.504)	(48.821)	(48.821)	-	
Créditos fiscais	86.814	31.403	16.698	14.705	
Serviços em curso	84.548	81.268	81.268	-	
Adiantamentos a empregados	-	-	(5.629)	5.629	
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(3.636)	3.636	
Títulos e valores mobiliários	32	30	30	-	
Outros	52.877	32.531	(73.489)	106.020	
<b>Ativo Não Circulante</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(15.023)	(60.141)	48.821	(108.962)	
Créditos fiscais	134.444	175.292	(16.698)	191.990	
Títulos e valores mobiliários	740	703	703	-	
Financiamentos repassados	-	-	(2.036)	2.036	
Bens e direitos destinados a alienação	10.769	5.928	5.928	-	
Outros	5.476	8.367	(3.139)	11.506	
<b>Passivo Circulante</b>					
Outros	101.011	106.798	(1.456)	108.254	
<b>Passivo Não Circulante</b>					
Fornecedores	-	-	(2.611)	2.611	
Outros	57.972	37.618	4.067	33.551	
<b>Demonstração do Resultado</b>					
<b>Deduções da Receita Operacional</b>					
Pesquisa e Desenvolvimento	(40.215)	(152.172)	(152.172)	-	
ISS	(467)	(332)	(332)	-	
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>					
<b>Custo de Operação</b>					
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	152.172	(152.172)	
<b>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</b>					
Despesas Operacionais	(3.865)	(5.484)	227	(5.711)	
	(831.127)	(583.779)	105	(583.884)	

## 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Efeitos inflacionários

- Em conformidade com as disposições da Lei nº 9.249/1995, estão refletidos somente os efeitos das variações monetárias sobre ativos e passivos indexados em função de disposições contratuais. As parcelas componentes dos Ativos Imobilizado e Intangível, Patrimônio Líquido e Obrigações vinculadas à Concessão estão atualizadas até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária até então vigente.

### b) Ativos Circulante e Não Circulante

- As aplicações financeiras no mercado aberto estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- Os títulos e valores mobiliários estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicáveis, sendo reconhecida eventual provisão para ajuste ao provável valor de realização;
- Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização;
- Os ativos fiscais diferidos foram reconhecidos considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e a contribuição social, incidentes sobre diferenças temporárias e base negativa;
- As cauções e depósitos vinculados, referentes a garantias prestadas a fornecedores, estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço;
- Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas;
- As participações societárias permanentes estão registradas ao custo de aquisição, sendo as anteriores a 31 de dezembro de 1995 corrigidas monetariamente até aquela data;
- O Imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995; a depreciação é calculada pelo método linear. A partir de 1º de janeiro de 2007, a Companhia passou a adotar as taxas de depreciação estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 240, de 05/12/2006, que se situam entre 2% a.a. e 20% a.a. (nota 13);
- Parte dos gastos da administração central é mensalmente apropriada às imobilizações em curso, limitada a 10% dos gastos diretos com pessoal e serviços de terceiros registrados nessas obras;
- De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o valor correspondente às Obrigações vinculadas à Concessão está sendo apresentado como redutor do Ativo Imobilizado (notas 13.a e 13.d);
- Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo (nota 13.c).

### c) Passivos Circulante e Não Circulante

- Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço;
- Os custos associados ao plano de complementação de aposentadoria e pensão, junto à Fundação Chесf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf, são reconhecidos à medida que as contribuições são incorridas. Os passivos atuariais e os custos e despesas deles decorrentes, são registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

### d) Patrimônio Líquido

- Os lucros a realizar decorrentes do saldo credor de correção monetária apropriados à reserva até 1995, são revertidos a Lucros Acumulados, proporcionalmente às baixas, à depreciação e à amortização dos Ativos Imobilizado e Intangível;
- Os recursos destinados a aumento de capital, desde que revestidos da característica de irreversibilidade, estão registrados neste grupoamento.

### e) Resultado

- É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício;
- A escrituração das contas de resultado está de acordo com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução nº 444, da ANEEL, de 26/10/2001, com a segregação dos gastos e receitas por atividades de geração e transmissão, permitindo a apuração do resultado contábil de cada segmento (nota 31);
- Em atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, as variações cambiais são totalmente reconhecidas no resultado do exercício.

### f) Demonstrações do Fluxo de Caixa – DFC e do Valor Adicionado - DVA

A Companhia vem divulgando estas demonstrações, em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.010/2005, para o caso da DVA.

### g) Alterações das Práticas Contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, conversão do Projeto de Lei nº 3.741.

A Lei nº 11.638/2007 altera e revoga dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976 –, objetivando o alinhamento das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade.

As principais alterações trazidas pela citada Lei, indicadas na nota 38, têm aplicação somente a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2008, não produzindo efeitos nas presentes demonstrações.

## 5 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2007	2006
<b><u>Aplicações no Mercado Aberto</u></b>					
BB-DTVM	Fundo Extra-mercado	-	98% do CDI	<b>543.187</b>	<b>134.355</b>
<b><u>Títulos e Valores Mobiliários</u></b>					
Participações minoritárias	Ações	-	J.C.P/Dividendos	42	42
	Provisão para perdas			(10)	(12)
				<b>32</b>	<b>30</b>
Tesouro Nacional	NTN-Série P	09/07/2012	TR + 6% a.a.	315	300
	NTN-Série P	09/07/2014	TR + 6% a.a	149	142
	NTN-Série P	28/12/2015	TR + 6% a.a	276	261
				<b>740</b>	<b>703</b>
<b>TOTAL</b>				<b>772</b>	<b>733</b>
<b>Circulante</b>				<b>32</b>	<b>30</b>
<b>Não Circulante</b>				<b>740</b>	<b>703</b>

- Aplicações no Mercado Aberto

Neste grupamento estão contabilizadas as aplicações financeiras de curto prazo, junto à Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM, nos termos da legislação específica para empresas estatais, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, com as alterações decorrentes da Resolução nº 3.284, de 25/05/2005, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

- Títulos e Valores Mobiliários

As ações ordinárias e preferenciais representam, basicamente, participações minoritárias em empresas do Setor de Telecomunicações, estando ajustadas ao provável valor de realização e registradas no Ativo Circulante;

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - Série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994, e encontram-se registradas no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo.

## 6 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os créditos a receber, de curto e longo prazos, decorrentes da venda de energia e da disponibilização do sistema de transmissão, apresentam o seguinte perfil:

	<b>A vencer</b>	<b>Vencidos</b>		<b>Total</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
		<b>Até 90 dias</b>	<b>há mais de 90 dias</b>			
Consumidores industriais:						
Com. de energia – Contratos	56.762	3.130	100.167	103.297	<b>160.059</b>	<b>131.532</b>
Recomp. Tarif. Extraordinária (*)	32.782	-	-	-	<b>32.782</b>	<b>67.921</b>
Concessionárias e Permissionárias:						
Com. de energia – Contratos	483.552	1.971	13.591	15.562	<b>499.114</b>	<b>408.560</b>
Comercialização na CCEE	89.887	-	-	-	<b>89.887</b>	<b>1.034</b>
Energia Livre – resarcimento (*)	253.441	-	-	-	<b>253.441</b>	<b>503.664</b>
Conexão ao sist. de transmissão	4.118	76	4.849	4.925	<b>9.043</b>	<b>8.049</b>
Disp. do sistema de transmissão	103.581	572	4.146	4.718	<b>108.299</b>	<b>110.944</b>
	<b>1.024.123</b>	<b>5.749</b>	<b>122.753</b>	<b>128.502</b>	<b>1.152.625</b>	<b>1.231.704</b>
<b>Circulante</b>					<b>1.039.921</b>	<b>882.495</b>
<b>Não Circulante</b>					<b>112.704</b>	<b>349.209</b>

(\*) nota 33

### • CRÉDITOS RENEGOCIADOS

Parte dos créditos a receber antes relacionados, sofreram renegociação conforme a seguir:

<b>Devedor</b>	<b>2007</b>			<b>2006</b>
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Libra S.A.	5.616	-	<b>5.616</b>	<b>4.407</b>
Rio Doce Manganês S.A.	72.998	-	<b>72.998</b>	<b>66.649</b>
Cepisa	38.392	94.179	<b>132.571</b>	<b>120.793</b>
Celpe	-	-	-	<b>2.615</b>
Coelba	-	-	-	<b>2.981</b>
Cosern	-	-	-	<b>1.346</b>
<b>Total</b>	<b>117.006</b>	<b>94.179</b>	<b>211.185</b>	<b>198.791</b>

Os créditos de energia renegociados têm as seguintes características:

- **Libra S.A.** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 mil, com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m..

- **Rio Doce Manganês S.A.** – Instrumento Particular de Reconhecimento de Obrigações e Acordo para Pagamento, firmado entre a Chesf e a empresa SIBRA, atual Rio Doce Manganês S.A., datado de 30/06/1995, no montante de R\$ 21.915 mil, com pagamento em 120 parcelas mensais, vencíveis a partir de 31/03/1997, corrigidas pelo IGP-M, mais juros de 6% a.a..
- **Cepisa** – Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2007, datado de 01/07/2007, no montante de R\$ 121.569 mil, pagável em 52 parcelas mensais, corrigidas pelo IGP-M, mais juros de 1% a.m., a partir de 03/09/2007. Este termo consolida em um único documento, os seguintes compromissos firmados anteriormente:
  - a) Termo de Confissão de Dívida, firmado entre a Chesf e a Cepisa, datado de 19/12/2003, no montante de R\$ 80.083 mil, pagável em 56 meses, a partir de fevereiro de 2004, com base em percentual de arrecadação da receita, corrigidas pelo IGP-M, mais juros de 1% a.m.;
  - b) Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 016/2004, datado de 16/08/2004, no montante de R\$ 50.047 mil, pagável em 36 meses, a partir de 25/06/2005, corrigidos pelo IGP-M, mais juros de 1% a.m.;
  - c) Termo de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 018/2004, datado de 07/10/2004, no montante de R\$ 8.637 mil, pagável em 36 meses, a partir 25/06/2005, corrigidos pelo IGP-M, mais juros de 1% a.m..
- **Celpe/Coelba/Cosern** – Termo de Transação e Outras Avenças firmado entre a Chesf e as empresas Celpe, Coelba e Cosern, datado de 20/04/2006, nos montantes de R\$ 7.773 mil, R\$ 8.854 mil e R\$ 4.002 mil, respectivamente, pagáveis em 12 parcelas mensais, corrigidas pelo IGP-M, mais juros de 1% a.m., a partir de 15/05/2006, liquidado no exercício.

## 7 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<b>2007</b>	<b>2006 (Reclassificado)</b>
<b>Ativo Circulante</b>		
IRPJ/CSLL	217	43.158
IR Fonte	390	-
Finsocial	1.069	10.979
Pis/Pasep	1.261	-
Cofins	5.809	-
Outros	2.237	3.003
	<b>10.983</b>	<b>57.140</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Finsocial	<b>8.552</b>	-

## 8 - ESTOQUES

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Circulante</b>		
<b>Material:</b>		
Almoxarifado	55.125	53.078
Transformação, fabricação e reparo de material	1.116	807
Emprestado	8	16
Destinado a alienação	12.027	10.712
	<b>68.276</b>	<b>64.613</b>
<b>Compras em curso</b>	<b>1.983</b>	<b>1.983</b>
<b>Adiantamentos a fornecedores</b>	<b>807</b>	<b>766</b>
<b>Total</b>	<b>71.066</b>	<b>67.362</b>

## 9 - CRÉDITOS FISCAIS

### • Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social

A Companhia mantém reconhecidos contabilmente em seu Ativo Circulante e Não Circulante/Realizável a Longo Prazo, nos termos da Deliberação CVM nº 273, de 20/08/1998, créditos fiscais a compensar com lucros tributáveis futuros, no valor de R\$ 221.258 mil, resultantes de diferenças temporárias e de base negativa da contribuição social, estando distribuídos da seguinte forma:

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Diferenças temporárias</b>		
. Portaria DNAEE nº 250/1985 - efeito credor em 1994	98.943	104.409
. Provisões para contingências	150.954	112.082
. Provisão para créditos de liquidação duvidosa	205.527	108.962
. Outras provisões	14.706	14.349
	<b>470.130</b>	<b>339.802</b>
<b>Base negativa da contribuição social</b>	<b>781.313</b>	<b>1.117.320</b>
	<b>1.251.443</b>	<b>1.457.122</b>
<b>Créditos Fiscais</b>		
. Imposto de renda sobre diferenças temporárias	117.533	84.951
. Contribuição social sobre diferenças temporárias (provisões)	33.407	21.185
. Contribuição social sobre base negativa	70.318	100.559
	<b>221.258</b>	<b>206.695</b>
<b>Circulante</b>	<b>86.814</b>	<b>31.403</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>134.444</b>	<b>175.292</b>

Tais efeitos tributários contemplam a aplicação da alíquota de 9%, para a contribuição social, e alíquota adicional de 10%, além da alíquota de 15% sobre a base de cálculo do imposto de renda, em conformidade com a Lei nº 9.430, de 30/12/1996.

Os créditos fiscais correspondentes à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre a base negativa tiveram, neste exercício, utilizações no total de R\$ 30.241 mil. Resta ser utilizado o montante de R\$ 70.318 mil - R\$ 19.423 mil, no Ativo Circulante, e R\$ 50.895 mil, no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo - sobre uma base de cálculo negativa de R\$ 781.313 mil.

O Estudo Técnico elaborado pela Administração, revisado na data-base de 31/12/2007, apresenta a seguinte previsão de realização:

	R\$ milhões			
	2008	2009	2010	2011
Contribuição Social sobre base negativa	19,4	21,2	21,8	7,9

Os créditos fiscais, relativos a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias – provisões para contingências, provisões para crédito de liquidação duvidosa, provisões para ajuste ao valor de mercado e efeitos inflacionários registrados no Imobilizado, no montante de R\$ 150.940 mil – R\$ 67.391 mil, no Ativo Circulante, e R\$ 83.549 mil, no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo - serão realizados de acordo com o desfecho das ações judiciais, com o resarcimento de energia livre, a realização financeira dos títulos e valores mobiliários e com a realização do Ativo Imobilizado, respectivamente.

Estas estimativas são periodicamente revisadas de modo a refletirem, nas Demonstrações Contábeis, eventuais alterações na realização desses valores.

#### • **PIS/PASEP E COFINS - INCONSTITUCIONALIDADE**

O Supremo Tribunal Federal – STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu novo conceito ao faturamento, que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

A Companhia possui crédito fiscal potencial de PIS/PASEP, relativo ao período de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e de COFINS, relativo ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, que, atualizados até o final deste exercício correspondem, respectivamente, a R\$ 17.724 mil e R\$ 123.083 mil, no total de R\$ 140.807 mil.

Com base no Código Tributário Nacional – CTN, a Companhia ingressou, em junho/2005, com recurso administrativo na Secretaria da Receita Federal com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias para a recuperação desses créditos de PIS/PASEP e da COFINS tendo obtido julgamento favorável em primeira instância. As ações encontram-se, atualmente, em fase de Recursos Especial e Extraordinário, pendentes de apreciação pelos Tribunais Superiores.

## 10 - OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

	<b>2007</b>	<b>2006 (Reclassificado)</b>
Financiamentos a terceiros	3.445	3.143
Alienações em curso	4.840	1.913
Desativações em curso	7.817	4.885
Prêmios de seguros	2.008	1.987
Gastos reembolsáveis	1.628	1.252
Alienações de bens e direitos	3.764	-
Adiantamentos a empregados	9.069	5.629
Adiantamentos a fornecedores	4.061	3.636
Outros	16.245	10.086
	<b>52.877</b>	<b>32.531</b>

## 11 - OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTES

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Lightpar	1.456	1.456
FGTS / Conta-Empresa	3.338	4.402
Financiamentos repassados	197	2.036
Outros	485	473
	<b>5.476</b>	<b>8.367</b>

## 12 - INVESTIMENTOS

### Composição:

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
1. Participações societárias		
Coligadas		
• STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	97.020	97.020
• Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA	18.000	15.600
• Energética Águas da Pedra S.A.	31.790	-
Outras participações	638	491
2. Outros Investimentos		
• Bens e direitos para uso futuro – Estudos e projetos	7.909	-
• Outros	2.316	2.316
<b>Total</b>	<b>157.673</b>	<b>115.427</b>

## **STN - Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.**

Em conformidade com a política do Governo Federal de atrair capitais privados, com o objetivo de incrementar os investimentos no Setor Elétrico, e na forma estabelecida pela Lei nº 10.438/2002, o Consórcio AC Transmissão, formado pela Chesf e pela Cia. Técnica de Engenharia Elétrica - Alusa, participou do leilão nº 001/2003-ANEEL para a outorga de concessão de linhas de transmissão, vencendo o lote C, correspondente a uma linha de transmissão de 546 km, em 500 kV, no trecho Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com uma proposta de receita anual de R\$ 77,9 milhões.

A Companhia e a Alusa, neste sentido, constituíram a empresa STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. para construir e operar a referida linha de transmissão, cabendo à Alusa 51% e à Chesf 49%, na participação acionária da STN. O empreendimento foi concluído em dezembro/2005 e a operação comercial iniciada em janeiro/2006.

Ainda no âmbito desta parceria, a Chesf mantém com a STN contratos para a operação e manutenção da referida linha de transmissão, tendo auferido, no exercício, receita pela prestação desses serviços no montante de R\$ 1.775 mil.

## **INTESA – Integração Transmissora de Energia S.A.**

A Companhia aportou, no exercício, o valor de R\$ 2,4 milhões numa das suas coligadas na atividade de transmissão de energia, a empresa Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA, na qual possui participação de 12% do capital. O objeto social da INTESA é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A INTESA possui capital autorizado de R\$ 150 milhões em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, tendo sido subscrito e integralizado pela Chesf o montante de R\$ 18,0 milhões. Os demais participantes da sociedade são: Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia – FIP, com 48%, Eletronorte, com 37%, e Engevix Engenharia S.A., com 3%. O início da operação comercial da INTESA está previsto para 27/04/2008.

## **Energética Águas da Pedra S.A.**

Ainda no âmbito dos investimentos, a Companhia iniciou, no exercício, a efetivação de aportes na sua nova coligada, na atividade de geração de energia, a empresa Energética Águas da Pedra S.A., no valor total de R\$ 31,8 milhões, na qual possui participação de 24,5%, juntamente com a Eletronorte (24,5%) e a Neoenergia S.A. (51,0%). A referida empresa tem origem no Consórcio Aripuanã, ganhador do leilão nº 004/2006-ANEEL, realizado em 10/10/2006, relativo à contratação de energia proveniente de novos empreendimentos, com posterior outorga de concessão dentro do Ambiente de Contratação Regulada - ACR, para implantação da Usina Hidrelétrica Dardanelos - UHE Dardanelos, com investimento previsto de R\$ 760,8 milhões. A UHE Dardanelos será implantada no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência de 261 MW, e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. As primeiras máquinas têm previsão para entrada em operação em 2011, tendo sido comercializados 147 MW médios para o período de 2011 a 2041, no período de concessão de 30 (trinta) anos.

## 13 - IMOBILIZADO

### a) Imobilizado segregado por natureza e atividade

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Em Serviço	14.805.243	14.675.721
Em Curso	1.475.502	1.718.003
	<b>16.280.745</b>	<b>16.393.724</b>
Obrigações vinculadas à Concessão	(155.641)	(155.208)
	<b>16.125.104</b>	<b>16.238.516</b>

	Taxas médias anuais de depreciação (%)	2007			2006	
		Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
Geração	2,41	17.143.404	(6.593.464)	(93.273)	10.456.667	10.582.798
Transmissão	2,97	6.936.847	(3.135.709)	(25.848)	3.775.290	3.586.744
Administração	6,57	895.235	(441.070)	(36.520)	417.645	350.971
		<b>24.975.486</b>	<b>(10.170.243)</b>	<b>(155.641)</b>	<b>14.649.602</b>	<b>14.520.513</b>
<b>Em curso</b>						
Geração		169.207	-	-	169.207	225.602
Transmissão		1.175.239	-	-	1.175.239	1.318.712
Administração		131.056	-	-	131.056	173.689
		<b>1.475.502</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.475.502</b>	<b>1.718.003</b>
		<b>26.450.988</b>	<b>(10.170.243)</b>	<b>(155.641)</b>	<b>16.125.104</b>	<b>16.238.516</b>

### b) Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 240, de 05/12/2006, para cada bem ou instalação, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, na forma das instruções contidas na Portaria DNAEE nº 815, de 30/11/1994.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
<b>Geração</b>	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de comando	4,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,0
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbogerador	4,0
<b>Transmissão</b>	
Banco de capacitores	5,0
Barramento	2,5
Chave	3,3
Disjuntor	3,0
Estrutura de suporte	2,5
Estrada de acesso	4,0
Estrutura em LT	2,5
Painel de comando	3,0
Reator	2,8
Sistema de aterramento	2,5
Transformador de força	2,5
Transformador de medida	3,0
<b>Administração central</b>	
Equipamentos gerais	10,0
Veículos	20,0

### c) Encargos financeiros e efeitos inflacionários

De acordo com o item 4 da Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, e com a Deliberação CVM nº 193, de 11/07/1996, parte dos encargos financeiros e efeitos inflacionários foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	<b>2007</b>		<b>2006</b>	
	<b>Geração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Encargos financeiros totais	506.499	86.638	593.137	636.135
(-)Transferência para o imobilizado em curso	(2.358)	(17.108)	(19.466)	(21.669)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>504.141</b>	<b>69.530</b>	<b>573.671</b>	<b>614.466</b>
Efeitos inflacionários totais	(15.005)	(3.336)	(18.341)	1.807
(-)Transferência para o imobilizado em curso	5	1.587	1.592	909
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>(15.000)</b>	<b>(1.749)</b>	<b>(16.749)</b>	<b>2.716</b>

#### d) Obrigações vinculadas à Concessão

Representam os valores recebidos da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador. O prazo para a quitação dessas obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador, cujo vencimento ocorrerá no final da Concessão.

A partir de 01 de janeiro de 1996, essas obrigações deixaram de ser atualizadas pelos efeitos da inflação, atendendo disposições legais.

Composição:

	<b>2007</b>	<b>2006</b> (Reclassificado)
Participação da União	108.052	108.052
Contribuições de consumidores	3.344	3.344
Doações e subvenções destinadas a investimentos	43.865	43.812
Pesquisa e Desenvolvimento	380	-
	<b>155.641</b>	<b>155.208</b>

A participação da União refere-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e transmissão de energia elétrica.

As Contribuições de consumidores referem-se a recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Em virtude de sua natureza, as contas registradas neste grupamento não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, desta forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros.

De acordo com os artigos 63 e 64, do Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e comercialização, são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na Concessão. A Companhia não identifica, em suas operações, bens de valores relevantes considerados inservíveis.

#### 14 – INTANGÍVEL

- Intangível segregado por natureza e atividade

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Em serviço</b>		
Geração	504	297
Transmissão	91.631	78.500
Administração	32.224	94
Amortização acumulada	(2.843)	-
	<b>121.516</b>	<b>78.891</b>
<b>Em curso</b>		
Geração	35	155
Transmissão	5.953	10.291
Administração	10.743	28.285
	<b>16.731</b>	<b>38.731</b>
<b>Total</b>	<b>138.247</b>	<b>117.622</b>

## 15 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Circulante</b>		
Materiais e serviços	195.300	129.796
Energia elétrica:		
Ressarcimento de energia livre - <small>nota 33</small>	-	8.338
Outros	3	439
Encargos de uso da rede elétrica:		
Eletronorte	6.429	5.888
Eletrosul	5.749	5.306
Furnas	12.362	14.322
CTEEP	9.859	8.797
Cemig	3.223	3.194
TSN	3.020	2.706
Outros	27.981	25.606
	<b>263.926</b>	<b>204.392</b>
<b>Não Circulante</b>		
Ressarcimento de energia livre - <small>nota 33</small>	-	2.611
<b>Total</b>	<b>263.926</b>	<b>207.003</b>

## 16 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Em 31/12/2007 a Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante – Realizável a Longo Prazo, tributos e contribuições a pagar, assim distribuídos:

	<b>2007</b>		<b>2006</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
IRPJ	138.594	-	-	-
CSLL	6.296	-	-	-
COFINS	28.104	-	16.883	-
ICMS	9.899	-	10.214	-
ICMS diferido	-	40.535	-	63.891
INSS	9.945	-	8.407	-
PIS/PASEP	6.100	-	3.664	-
IRRF	6.071	-	17.230	-
FGTS	2.853	-	7.406	-
Outros	7.031	-	7.189	-
	<b>214.893</b>	<b>40.535</b>	<b>70.993</b>	<b>63.891</b>

## 17 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moedas nacional e estrangeiras, são as seguintes:

- a) Composição:

	Circulante		Não circulante		Total	Total
	Principal	Encargos	Principal		2007	2006
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Eletrobrás	40.796	1.362	158.633		200.791	285.673
Instituições financeiras	44.984	511	44.985		90.480	146.732
	<b>85.780</b>	<b>1.873</b>	<b>203.618</b>		<b>291.271</b>	<b>432.405</b>
<b>Moeda Nacional</b>						
Eletrobrás	381.907	41.687	3.586.856		4.010.450	4.312.423
Banco do Brasil	-	7.120	249.966		257.086	-
BNDES	-	-	-		-	184.802
Outras	-	-	-		-	486
	<b>381.907</b>	<b>48.807</b>	<b>3.836.822</b>		<b>4.267.536</b>	<b>4.497.711</b>
<b>Total</b>	<b>467.687</b>	<b>50.680</b>	<b>4.040.440</b>		<b>4.558.807</b>	<b>4.930.116</b>

- b) A dívida com instituições financeiras, em moedas estrangeiras, está garantida por avais do Governo Federal; o empréstimo com o Banco do Brasil está garantido por meio de compensação e cessão de créditos, caso venham a ser exigidas pelo credor. Para o montante de R\$ 3.607.552 mil dos empréstimos obtidos da nossa Controladora, a Eletrobrás, não foram solicitadas garantias. Entretanto, a critério do credor, poderão ser exigidas, ficando a Companhia obrigada a oferecer-las sob pena de vencimento antecipado da dívida.

Os financiamentos provenientes da Eletrobrás, têm como principal fonte os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, e como principais destinações as obras das Usinas Hidrelétricas Itaparica e Xingó e os seus sistemas de transmissão associados.

- c) Os principais indexadores, utilizados na atualização dos empréstimos e financiamentos, tiveram as seguintes variações percentuais no exercício:

<u>Indexador</u>	Variação anual (%)	
	2007	2006
US\$	-17,15	-8,65
Eur	-7,50	1,85
IGP-M	7,75	3,83
SELIC	11,88	15,08
CDI	11,77	15,03

d) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

<b><u>Moeda (equivalente em R\$)/Indexador</u></b>	<b>2007</b>		<b>2006</b>	
	<b>R\$ mil</b>	<b>%</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>%</b>
<b><u>Moeda Estrangeira</u></b>				
US\$	200.791	4,41	285.673	5,79
Eur	90.480	1,99	146.732	2,98
	<b>291.271</b>	<b>6,40</b>	<b>432.405</b>	<b>8,77</b>
<b><u>Moeda Nacional</u></b>				
Sem atualização (*)	3.471.548	76,15	3.612.665	73,28
IGP-M	538.902	11,82	699.758	14,19
CDI	257.086	5,63	-	-
SELIC	-	-	184.802	3,75
Outras	-	-	486	0,01
	<b>4.267.536</b>	<b>93,60</b>	<b>4.497.711</b>	<b>91,23</b>
<b>Total</b>	<b>4.558.807</b>	<b>100,00</b>	<b>4.930.116</b>	<b>100,00</b>

(\*) Do total contratado com a Eletrobrás, R\$ 3.471.548 mil são provenientes de recursos da Reserva Global de Reversão – RGR, arrecadados do Setor Elétrico para reinvestimento nele próprio. Deste total, R\$ 3.356.689 mil (96,69%) estão contratados com juros de 10% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., R\$ 111.125 mil (3,20%) e R\$ 3.734 mil (0,11%), com juros de 5% a.a. e taxas de administração de 2% a.a. e 1,5% a.a., respectivamente. Estes financiamentos não têm previsão de atualização monetária por estarem vinculados à mesma sistemática de correção dos ativos permanentes, suspensa por força de lei.

e) O valor principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, no montante de R\$ 4.040.440 mil, tem seus vencimentos assim programados:

	<b>Moeda nacional</b>	<b>Moeda estrangeira</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
2008	-	-	-	492.242
2009	391.103	84.821	475.924	494.614
2010	398.262	37.180	435.442	454.126
2011	342.499	39.549	382.048	381.218
2012	620.873	42.068	662.941	418.005
2013	350.086	-	350.086	347.635
2014	385.563	-	385.563	383.697
Após 2014	1.348.436	-	1.348.436	1.285.099
<b>Total</b>	<b>3.836.822</b>	<b>203.618</b>	<b>4.040.440</b>	<b>4.256.636</b>

f) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às seguintes taxas de juros:

	<b>Mercado Interno</b> (% a.a.)	<b>Mercado Externo</b> (% a.a.)
<b>Taxas Fixas</b>		
2007	5,00 a 10,00	-
2006	5,00 a 10,00	-
<b>Taxas Variáveis</b>		
2007	11,12	6,25 a 7,55
2006	13,19	6,25 a 7,55

g) Mutação dos Empréstimos e Financiamentos:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>608.353</b>	<b>4.048.496</b>	<b>95.817</b>	<b>448.248</b>
Ingressos	-	231.102	-	-
Encargos	551.979	-	35.393	-
Variações monetária e cambial	851	23.902	(1.305)	(21.642)
Transferências	380.433	(380.433)	93.037	(93.037)
Pagamentos de principal e encargos	(966.972)	-	(124.106)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>574.644</b>	<b>3.923.067</b>	<b>98.836</b>	<b>333.569</b>
Ingressos	-	390.741	-	-
Encargos	517.300	-	27.988	-
Variações monetária e cambial	2.913	34.253	(10.828)	(44.641)
Transferências	511.239	(511.239)	85.310	(85.310)
Pagamentos de principal e encargos	(1.175.382)	-	(113.653)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>430.714</b>	<b>3.836.822</b>	<b>87.653</b>	<b>203.618</b>

## 18 – OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	2007	2006 (Reclassificado)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	36.395	38.087
Encargos do consumidor a recolher	27.254	34.739
Taxa de fiscalização da ANEEL	1.304	1.359
Entidade de previdência privada – contribuição normal	5.893	4.996
Convênio Codevasf	20	4.000
Outros credores – Fachesf	100	4.810
Outros credores – CEEE	4.012	2.904
Aquisição de imóveis – acampamento	2.623	3.034
Passivo regulatório da transmissão	10.960	-
Outros	12.450	12.869
<b>Total</b>	<b>101.011</b>	<b>106.798</b>

## 19 - PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingido o percentual de 97,1%.

A partir dos resultados da avaliação atuarial realizada na data-base de 31/12/2007, os compromissos assumidos pela Companhia foram revistos e atualizados e, calculados conforme a Deliberação CVM nº 371/2000, deram origem a um passivo atuarial total de R\$ 524.687 mil.

Desde a implantação das diretrizes contábeis da Deliberação CVM nº 371/2000, os planos patrocinados pela Companhia junto à Fachesf acumularam ganhos, que, em 31/12/2007, montavam R\$ 14.356 mil. A alteração da situação dos planos, que em 31/12/2006 acumulavam perdas consolidadas de R\$ 165.017 mil, foi consequência, principalmente, da rentabilidade acumulada em cada um dos planos ter sido superior à meta atuarial registrada no período.

Saliente-se que um dos principais fatores responsáveis pelo aumento das perdas atuariais acumuladas, que, em 31/12/2006, montavam R\$ 165.017 mil, foi a alteração das hipóteses atuariais adotadas para o exercício de 2007. Dentre essas alterações, destaca-se a da tábua de mortalidade geral que passou a ser a Tábua AT83.

Nos termos da legislação aplicável, a Secretaria da Previdência Complementar – SPC determina que sejam firmados contratos entre as patrocinadoras e as entidades de Previdência Complementar visando à cobertura atuarial completa dos planos de benefícios complementares aos da Previdência Oficial. Os compromissos atuariais assumidos com a Fachesf até 31/12/2007 somam R\$ 548.757 mil.

Considerando que o saldo desses compromissos, no valor de R\$ 548.757 mil, superava o valor do passivo atuarial calculado conforme as disposições da Deliberação CVM nº 371/2000, a Companhia, visando a adequar seus registros contábeis ao passivo atuarial líquido, no valor de R\$ 524.687 mil, valor este determinado na avaliação atuarial efetuada na data-base de 31/12/2007, registrou a parcela excedente, no valor de R\$ 24.070 mil, como redutor do passivo atuarial, no Passivo Não Circulante, a título de diferimento, nos termos da referida Deliberação, estando esta parcela sujeita a revisões anuais.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma das alíneas aplicáveis do item 81, da Deliberação CVM nº 371/2000, na data-base de 31/12/2007.

### **Características Básicas do Plano de Benefícios**

A Fachesf administra, em favor dos empregados da Chesf, 03 (três) Planos de Aposentadoria: o Plano de Benefícios, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano Saldado de Benefícios.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante, no futuro. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram por se transferir do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Saldado de Benefícios o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

### **1. Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

O valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais corresponderá à parcela de ganho ou perda que excede o maior valor entre 10% do Valor Presente da Obrigaçāo Atuarial e 10% do Valor Justo dos Ativos do Plano, amortizado pelo serviço futuro médio dos participantes do plano, conforme item 53 do Pronunciamento do IBRACON sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

	<b>BD</b>	<b>BS</b>	<b>CD</b>	<b>TOTAL</b>
<b>2. Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço de 31/12/2007</b>				
2.1. Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.073.465	634.698	574.598	<b>3.282.761</b>
2.2. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-	-	-
2.3. Valor presente das obrigações atuariais (2.1+2.2)	2.073.465	634.698	574.598	<b>3.282.761</b>
2.4. Valor justo dos ativos do plano	(1.551.894)	(661.900)	(558.636)	<b>(2.772.430)</b>
2.5. Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos (2.3 + 2.4)	521.571	(27.202)	15.962	<b>510.331</b>
2.6. Ajustes por diferimentos permitidos:				
a) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	123.876	(132.610)	(5.622)	<b>(14.356)</b>
b) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
c) Aumento do (ativo) / passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-	-	-	-
d) Total (a + b + c)	123.876	(132.610)	(5.622)	<b>(14.356)</b>
2.7. Passivo / (Ativo) atuarial líquido total a ser provisionado (2.5-2.6d) (*)	397.695	105.408	21.584	<b>524.687</b>
<i>(*) Em caso de ativo, somente poderá ser reconhecido pela patrocinadora caso seja evidenciado que este ativo poderá reduzir contribuições futuras da Patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.</i>				
<b>3. Prazos para Reconhecimento a partir de 31/12/2007 (em anos)</b>				
3.1. Ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos	8,6	8,6	8,6	<b>8,6</b>
3.2. Custo do serviço passado não reconhecido	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
3.3. Aumento do passivo na adoção deste pronunciamento não reconhecido	N/A	N/A	N/A	<b>N/A</b>
<b>4. Movimentação do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido</b>				
4.1. Passivo / (ativo) atuarial líquido no início do ano	498.469	110.103	24.366	<b>632.938</b>
4.2. Despesa (receita) reconhecida na demonstração do resultado do ano anterior	75.796	4.643	2.583	<b>83.022</b>
4.3. Contribuições da patrocinadora vertidas no ano	176.570	9.338	5.365	<b>191.273</b>
4.4. Impacto decorrente de redução no plano de benefício	-	-	-	-
4.5. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefício	-	-	-	-
4.6. Passivo / (ativo) atuarial líquido no final do ano (4.1 + 4.2 - 4.3 + 4.4 + 4.5)	397.695	105.408	21.584	<b>524.687</b>
<b>5. Reconciliação do Valor Justo dos Ativos</b>				
5.1. Valor justo dos ativos no início do ano	1.257.262	534.130	410.320	<b>2.201.712</b>
5.2. Benefícios pagos no ano	170.945	6.308	2.437	<b>179.690</b>
5.3. Contribuições de participante vertidas no ano	688	-	24.069	<b>24.757</b>
5.4. Contribuições de patrocinadora vertidas no ano	176.570	9.338	26.593	<b>212.501</b>
5.5. Rendimento efetivo dos ativos no ano (5.6-(5.1-5.2+5.3+5.4))	288.319	124.740	100.091	<b>513.150</b>
5.6. Valor justo dos ativos no final do ano (= 2.4)	1.551.894	661.900	558.636	<b>2.772.430</b>
<b>6. Reconciliação do Valor Presente das Obrigações</b>				
6.1. Valor das obrigações no início do ano	1.985.376	582.908	431.383	<b>2.999.667</b>
6.2. Custo do serviço corrente bruto (com juros)	300	-	491	<b>791</b>
6.3. Contribuições Normais do Participante e da Patrocinadora (benef. de aposentadoria)	-	-	45.297	<b>45.297</b>
6.4. Juros sobre obrigação atuarial	215.248	64.610	48.639	<b>328.497</b>
6.5. Benefícios pagos no ano	170.945	6.308	2.437	<b>179.690</b>
6.6. Impacto decorrente na alteração das hipóteses atuariais	7.232	571	5.914	<b>13.717</b>

6.7. Obrigações - (G)/P (6.8 - (6.1+6.2+6.3+6.4-6.5+6.6))	36.254	(7.083)	45.311	<b>74.482</b>
6.8. Valor das obrigações calculadas no final do ano (= 2.3)	2.073.465	634.698	574.598	<b>3.282.761</b>
<b>7. Cálculo dos (Ganhos) / Perdas</b>				
7.1. Valor (ganho) / perda no início do ano	229.645	(61.325)	(3.303)	<b>165.017</b>
7.2. Amortização no ano	3.703	(361)	-	<b>3.342</b>
7.3. (Ganho) / perda nas obrigações atuariais	43.486	(6.512)	51.225	<b>88.199</b>
7.4. (Ganho) / perda nos ativos do plano	(145.360)	(65.134)	(53.544)	<b>(264.038)</b>
7.5. (Ganho) / perda na contribuição do empregado	(192)	-	-	<b>(192)</b>
7.6. Impacto decorrente de redução no plano de benefício	-	-	-	-
7.7. Impacto decorrente de liquidação antecipada no plano de benefício	-	-	-	-
7.8. (Ganho) / perda no final do ano (7.1- 7.2+7.3+7.4+7.5+7.6+7.7)	123.876	(132.610)	(5.622)	<b>(14.356)</b>
7.9. Cálculo do corredor (10% do maior entre o patrimônio(2.4) e o valor da obrigação(2.3))	207.347	66.190	57.460	<b>330.997</b>
7.10. Parcela a amortizar (max 0;  7.8  -7.9)	-	66.420	-	<b>66.420</b>
7.11. Valor da amortização (7.10 / 3.1)	-	(7.723)	-	<b>(7.723)</b>
<b>8. Rendimento Esperado dos Ativos para o Próximo Ano</b>				
8.1. Valor justo dos ativos do plano em 31/12/2007 (=2.4)	1.551.894	661.900	558.636	<b>2.772.430</b>
8.2. Contribuições esperadas de participante para o próximo ano	505	-	-	<b>505</b>
8.3. Contribuições esperadas de patrocinadora para o próximo ano	159.455	-	5.569	<b>165.024</b>
8.4. Benefícios esperados para o próximo ano	175.463	28.192	2.118	<b>205.773</b>
8.5. Rendimento esperado dos ativos (8.1 * 11,30% + (8.2 + 8.3 - 8.4) * ((1+11,30%)^1/2-1)	174.512	73.244	63.316	<b>311.072</b>
<b>9. Juros sobre as Obrigações Atuariais para o Próximo Ano</b>				
9.1. Valor presente da obrigação atuarial em 31/12/2007 (=2.3)	2.073.465	634.698	574.598	<b>3.282.761</b>
9.2. Benefícios esperados para o próximo ano	175.463	28.192	2.118	<b>205.773</b>
9.3. Juros sobre as obrigações atuariais (9.1 * 11,30% - 9.2 * ((1+11,30%)^1/2-1))	224.653	70.171	64.813	<b>359.637</b>
<b>10. Despesa (Receita) a Ser Reconhecida na Demonstração de Resultados do Exercício de 2008</b>				
10.1. Custo do serviço corrente (com juros)	216	-	680	<b>896</b>
10.2. Juros sobre as obrigações atuariais	224.653	70.171	64.813	<b>359.637</b>
10.3. Rendimento esperado dos ativos do plano	174.512	73.244	63.316	<b>311.072</b>
10.4. Custos de Amortizações				
a) (Ganhos) ou perdas atuariais não reconhecidos	-	(7.723)	-	<b>(7.723)</b>
b) Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
c) Aumento do passivo (ativo) na adoção deste pronunciamento não reconhecido	-	-	-	-
d) Total (a + b + c)	-	(7.723)	-	<b>(7.723)</b>
10.5. Total da despesa (receita) bruta a ser reconhecida (10.1 + 10.2 - 10.3 + 10.4d)	50.357	(10.796)	2.177	<b>41.738</b>
10.6. Contribuições esperadas de participante para o próximo ano	505	-	-	<b>505</b>
10.7. Total da despesa (receita) líquida a ser reconhecida (10.5 - 10.6)	49.852	(10.796)	2.177	<b>41.233</b>
<b>(A) A despesa total determinada para o próximo exercício não inclui as despesas administrativas previstas para o período</b>				

## 11. Resumo dos Dados Cadastrais dos Participantes Avaliados (valores em R\$)

### Participantes Ativos + Vinculados

	<b>BD</b>	<b>BS</b>	<b>CD</b>
Quantitativo	65	2.391	5.500
Idade média (anos)	55,1	52,8	47,1
Tempo médio de serviço (anos)	29,4	27,6	20,7
Tempo médio de serviço futuro (anos)	8,6	8,6	8,6
Salário médio mensal	5.448,33	5.120,59	4.236,61
Folha salarial anual (13x)	4.603.840	159.163.376	302.917.463

### Participantes Aguardando Benefício

Quantitativo	2	20	2
Idade média (anos)	56,0	49,9	52,2
Benefício médio mensal	1.101	2.255	N/A

### Participantes Assistidos / Beneficiários em Gozo de Benefício

Quantitativo	6.618	288	358
Idade média (anos)	64,8	58,0	57,2
Benefício médio mensal	2.017	1.764	373
Folha anual de benefícios (13x)	173.493.499	6.603.634	1.735.746

### Receitas Efetivas no Ano

Contribuição do empregado	688.152	-	24.069.311
Contribuição da empresa	176.569.622	9.338.490	26.592.529

### Despesas Efetivas no Ano

	170.945.013	6.307.682	2.436.686
--	-------------	-----------	-----------

## 12. Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,30%	11,30%	11,30%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano:	11,30%	11,30%	11,30%
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	7,57%	N/A	7,57%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	5,00%	5,00%	5,00%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima)	5,00%	5,00%	5,00%
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT83 segregada por sexo	AT83 segregada por sexo	AT83 segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula	2,6% por ano

Probabilidade de ingresso em aposentadoria:

Planos BD e BS: 100% na primeira elegibilidade a um benefício integral pelo Plano / Plano CD: 10% na primeira elegibilidade à Aposentaria Antecipada, 3% entre esta idade e a idade de elegibilidade à Aposentadoria Normal e 100% nesta última idade.

## 13. Informações Adicionais

- 1) Os ativos do plano estão posicionados em 31/12/2007.
- 2) Os dados cadastrais individuais dos Participantes Ativos utilizados são de 30/09/2007, projetados para 31/12/2007, enquanto o dos Participantes Assistidos estão posicionados em 31/12/2007.
- 3) As estatísticas cadastrais apresentadas consideram o grupo familiar de beneficiários como um único benefício.

## Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 67.373 mil (R\$ 60.281 mil, em 2006).

## 20 – CONTINGÊNCIAS

	<b>Provisão em 31/12/2006</b>	<b>Adições (reversões)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Provisão em 31/12/2007</b>	<b>Depósitos judiciais</b>	<b>Provisão líquida em 31/12/2007</b>	<b>Provisão líquida em 31/12/2006</b>
Trabalhistas	34.269	34.624	(9.929)	58.964	(45.124)	13.840	77
Cíveis	341.712	42.266	(10.187)	373.791	(59.884)	313.907	305.160
Fiscais	197	8.124	-	8.321	-	8.321	197
<b>Total</b>	<b>376.178</b>	<b>85.014</b>	<b>(20.116)</b>	<b>441.076</b>	<b>(105.008)</b>	<b>336.068</b>	<b>305.434</b>

A Chesf, em atendimento ao disposto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001, adota o procedimento de classificar as causas intentadas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

As contingências da área Trabalhista são compostas, na sua maioria, de ações relativas a periculosidade, horas extras, de cálculo de multa do FGTS, em face de planos econômicos, e de verbas rescisórias decorrentes de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são reclamações de caráter indenizatório, desapropriações e de fornecedores.

Na área Tributária há pequenas questões envolvendo, basicamente, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação.

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

### I) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

- a) A Companhia é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350 milhões, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, mas decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou que a ação tramitasse perante a Justiça Estadual de Pernambuco.

A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas réis foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife, e a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, havendo a Chesf interposto Embargos de Declaração para esclarecimento de determinados pontos de sua Apelação que foram omitidos na decisão da 2ª Câmara Cível. Esses embargos foram julgados e denegados pela 2ª Câmara Cível. Os patronos da Chesf interpuseram, em seguida, Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra o acórdão proferido pela 2ª Câmara Cível na aludida apelação. Em 31/03/2004 os recursos especiais ajuizados pela Chesf haviam sido admitidos pelo TJPE e encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os recursos extraordinários também interpostos pela Chesf não foram admitidos, razão pela qual esta Companhia apresentou, contra essa negativa, os competentes agravos de instrumento. Em 30/06/2005 os referidos recursos se encontravam *sub judice* junto aos Tribunais Superiores. Após essa data e até 31/03/2006, os agravos de instrumento interpostos pela Chesf junto ao STF foram denegados, enquanto que o Recurso Especial interposto pela Chesf e pela União Federal junto ao STJ recebeu parecer do Ministério Público Federal, o qual manifestou-se pela anulação do processo por incompetência absoluta da Justiça do Estado de Pernambuco para apreciar a ação e pelo reexame do mérito pelo juízo competente. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para decisão.

Em novembro/1998, as réis apresentaram pedido de execução provisória da decisão, no valor de R\$ 245 milhões, estando o processo suspenso por determinação do Ministro Presidente do STJ (PET 1621). Essa liminar foi objeto de Agravo Regimental por parte do Consórcio, o qual foi julgado em 24/06/2002, mantendo-se por unanimidade a liminar antes concedida pelo Presidente do STJ, ficando, desta forma, afastada a possibilidade da obtenção da tutela antecipada pelo Consórcio.

Posteriormente as réis apresentaram processo de liquidação da decisão, com a finalidade de apurar o valor atual da condenação, na hipótese de serem negados todos os recursos da Chesf e da União Federal. Em 30/09/2005, estavam em andamento os trabalhos de perícia, determinados pelo juiz que preside o feito, com a finalidade de apurar o real valor da condenação. Depois da apresentação do primeiro laudo pelo perito, as partes solicitaram esclarecimentos ao laudo, e o processo encontra-se com o perito, para exame.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado para 31/12/2007 é de R\$ 330.537 mil, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, por entendimento da Companhia.

Em 31/12/2007, Recurso Especial e Agravos de Instrumento estavam aguardando julgamento no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente; os autos desses recursos se encontravam conclusos para o Ministro Relator, cabendo salientar que, na 12ª Vara da Comarca do Recife, permanecia em andamento a ação de liquidação da decisão na esfera estadual, com audiência para debates sobre o laudo pericial prevista para 19/02/2008.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho da lide.

- b) Ação em trâmite no Tribunal Regional do Trabalho do Estado da Bahia, proposta pelo Sindicato dos Eletricitários da Bahia, requerendo o pagamento aos empregados da Gerência Regional de Paulo Afonso – GRP, Paulo Afonso – BA, de diferença de salário consequente da incidência do Adicional do Decreto-Lei nº 1971 – ADL e do Anuênio sobre o Adicional de Periculosidade, no valor estimado de R\$ 21 milhões. A Companhia interpôs Agravo de Instrumento em Recurso de Revista ao Tribunal Superior do Trabalho – TST, que foi improvido. O processo transitou em julgado, sendo a Chesf condenada. Foi iniciada a fase de execução e em apuração preliminar verificou-se que o valor da demanda será de, aproximadamente, R\$ 1.500 mil. Atualmente está em andamento processo de negociação para a concretização de acordo com todos os substituídos.
- c) Ação proposta na 8ª Vara Trabalhista de Fortaleza–CE, pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará – SINDELETRO, pretende o resarcimento de perdas sofridas pelos empregados da Gerência Regional Norte – GRN (Ceará e Rio Grande do Norte), decorrente da retirada do transporte coletivo, com valor estimado de R\$ 6 milhões. O requerimento de restabelecimento do serviço de transporte foi deferido em execução parcial, que a Companhia vem atendendo. O Sindicato Autor requereu a complementação do transporte e a condenação da Companhia em multa diária, tendo a Chesf contestado a alegação. A Juíza do Trabalho, após audiência realizada em 23/08/2005 para a ouvida dos substituídos e apresentação de razões finais pela Chesf, em audiência, modificou o entendimento anterior, determinando o restabelecimento dos serviços de transporte apenas nos limites em que eram prestados anteriormente. Ainda na mesma decisão foram definidos os parâmetros para a liquidação da sentença, de forma que o crédito trabalhista fosse reduzido para R\$ 1.344,2 mil. A execução está sendo processada no Juízo Trabalhista de Primeira Instância na cidade de Fortaleza – CE. Em 31/12/2007 a situação permanecia inalterada.
- d) Ação proposta na 4ª Vara Trabalhista do Recife – PE, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco – Urbanitários em substituição a 460 funcionários lotados em Recife – PE, processo nº 01473-2005-004-06-00-0, requerendo a incidência do adicional de periculosidade sobre todas as verbas de natureza salarial, no valor de R\$ 4.050 mil. A Juíza de Primeira Instância excluiu da lide, por litispendência ou por coisa julgada, aproximadamente, 300 dos substituídos, bem como julgou a ação improcedente no mérito. O sindicato apresentou Recurso Ordinário, no TRT da 6ª Região, que foi provido. O processo encontra-se em fase de liquidação através de perícia.

II) A Companhia possui ações não provisionadas com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

Contingências	2007	2006
Trabalhistas	23.106	26.095
Cíveis e fiscais	268.003	273.013
<b>Total</b>	<b>291.109</b>	<b>299.108</b>

- a) Dentre essas destacam-se 02(duas) ações de indenização ajuizadas pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, nas quais pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó. Uma, impetrada em 08/06/1999, para as faturas emitidas a partir de 30 de abril de 1990 e outra, impetrada em 31/05/2000, para as faturas emitidas até aquela data. Nas aludidas ações, as autoras formularam pedido genérico, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Companhia contestou as ações e pediu que a União Federal fosse admitida nos feitos, com a remessa dos processos a uma das varas da Justiça Federal em Pernambuco. O Consórcio apresentou petição falando sobre o pedido de admissão da União no feito.

Após a apresentação da perícia e os esclarecimentos adicionais, foi realizada audiência em agosto de 2005, determinando-se a apresentação de razões finais até o dia 17/10/2005. Atualmente os processos estão conclusos para despacho e provavelmente ocorrerá o saneamento final para a prolatação da sentença.

- b) Há também 01(uma) ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100 milhões, perante a 2<sup>a</sup> Vara Federal em Sergipe (processo nº 20028500002809-6), tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, a jusante da UHE Xingó e provocados pela construção dessa Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27/06/2002, e contestada no prazo legal. Após uma seqüência de incidentes processuais, que não afetaram a causa nem o pedido, o juiz da causa determinou, em 31/08/2005, a inclusão do IBAMA, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e ADEMA-SE no pólo passivo da ação, ordenando a citação dessas entidades.

Em 30/09/2005 aguardava-se o cumprimento dos mandados de citação. Em 30/09/2006, os autos se encontravam conclusos para o Juiz, após a juntada da procuração dos novos patronos da Chesf. Em 31/12/2006, o processo se encontrava suspenso por despacho do Juiz, aguardando julgamento de agravo de instrumento interposto pelo autor perante o Tribunal Regional Federal da 5<sup>a</sup> Região. Ainda não julgado. Os litisconsortes da Chesf (União Federal, IBAMA, IMA-AL, CRA-BA e ADEMA-SE) já haviam sido citados. Em 12/09/2007, o juiz proferiu despacho no seguinte teor: “Aguardar a informação do trânsito em julgado da decisão do agravo, devendo a Chesf comunicar”. Considerando que o agravo de instrumento interposto pela Chesf foi denegado, esta Companhia interpôs embargos declaratórios contra essa decisão, os quais se encontravam pendentes de julgamento em 31/12/2007.

Conforme avaliação dos advogados que patrocinam a causa pela Companhia, a expectativa de perda dessa ação é possível, quanto ao insucesso da defesa, mas não quanto ao valor do pedido.

### III) Com *risco de perda remoto* destaca-se a seguinte ação:

Apesar de ser considerada pelos consultores jurídicos da Companhia, como de *risco de perda remoto*, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela empresa Mendes Júnior, contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando resarcimento financeiro. Nesta ação de cobrança cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de resarcimento financeiro, em cumprimento a decisões do Tribunal de Justiça de Pernambuco e Superior Tribunal de Justiça, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas, e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teria sido superior ao total de acréscimos pagos pela Chesf, com esses atrasos.

Nesse sentido, por determinação do Juízo Federal da 12<sup>a</sup> Vara, em Pernambuco, está em andamento perícia contábil, em que, respondendo quesito da Chesf, o Perito Judicial declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”.

Entregue o laudo pericial, em juízo, as partes apresentaram pedidos de esclarecimentos ao Perito, que ainda não foram objeto de análise pelo Juízo da 12ª Vara Federal. Os autos foram ainda encaminhados ao Ministério Público Federal que declarou estar concluindo manifestação sobre a ação, a ser entregue ao Juízo.

Considerando a anulação de todos os atos desenvolvidos na esfera da Justiça Estadual, e as rígidas determinações do MM. Juiz Federal, com relação à nova perícia, exigindo a completa identificação dos recursos próprios ou captados pela Mendes Júnior, e a comprovação de sua efetiva aplicação nas obras de Itaparica, não é possível estimar valor para o litígio, nem mesmo em caráter de expectativa. Considerando que, até o momento, o Sr. Perito do Juízo não conseguiu comprovar a existência de qualquer crédito em favor da autora, mesmo após ter acesso à contabilidade desta, como também da ré, a Consultoria Jurídica da Chesf corrobora a posição dos patronos da Companhia, no sentido de que, presentemente, os riscos de perda são *remotos*.

Em 30/06/2005, os autos do processo se encontravam conclusos para o MM. Juízo, para providências cartorárias e aguardo da manifestação do Ministério Pùblico Federal. Em 30/09/2005 o perito do juízo havia entregado o Laudo Complementar, com o qual respondeu questões argüidas pelas partes, mas sem acrescentar nada de novo quanto às suas opiniões anteriores. Em 31/12/2005 os autos se encontravam com vistas para o Ministério Pùblico Federal, para emissão do competente parecer. Entre essa data e 31/03/2006, o Ministério Pùblico Federal manifestou-se pela nulidade da sentença proferida na ação declaratória que reconheceu a existência de relação de crédito da Mendes Júnior para com a Chesf e pela improcedência da presente ação. Em 31/12/2007, os autos permaneciam conclusos para decisão do MM. Juízo.

## 21 – OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
TAC Comunidade Tuxá – Itaparica	25.724	25.724
Encargos do consumidor a recolher	19.068	810
Passivo regulatório da transmissão	5.772	-
FGTS / Conta-Empresa	3.338	4.402
Lightpar	1.456	1.456
Outros	2.614	5.226
<b>Total</b>	<b>57.972</b>	<b>37.618</b>

## 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### • Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 1.696.306 mil, é constituído por ações sem valor nominal, com a seguinte distribuição:

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		<b>Total</b>	<b>%</b>
	<b>Quant.</b>	<b>%</b>	<b>Quant.</b>	<b>%</b>		
Eletrobrás	40.478	100,000	1.002	81,351	41.480	99,449
Sudene	-	-	194	15,718	194	0,464
Finor	-	-	17	1,362	17	0,040
Outros	-	-	19	1,569	19	0,047
	<b>40.478</b>	<b>100,000</b>	<b>1.232</b>	<b>100,000</b>	<b>41.710</b>	<b>100,000</b>

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica, nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

### • Reservas de Capital

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Ágio na emissão de ações	769.028	769.028
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	1.691.475	1.691.475
Correção monetária do ativo imobilizado	196.343	196.343
	<b>7.416.199</b>	<b>7.416.199</b>

### • Reservas de Lucros

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Legal	265.215	232.583
Estatutárias	8.179	8.179
Lucros a realizar	506.020	528.420
Retenção de lucros	1.679.689	1.277.291
	<b>2.459.103</b>	<b>2.046.473</b>

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, de acordo com a legislação societária, limitada a 20% do capital social.

A Reserva de Lucros a Realizar, decorrente do saldo credor da correção monetária de exercícios anteriores até 1995, é revertida para a conta de lucros acumulados, com base no percentual de realização do Ativo Imobilizado, integrando a base de cálculo da remuneração aos acionistas.

A Reserva de Retenção de Lucros, prevista no artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, é constituída de parcelas do lucro líquido, tendo por finalidade integrar as fontes de recursos para a aplicação em projetos de investimentos da Companhia. Foi destinado a esta Reserva, no exercício, o montante de R\$ 402.398 mil, com base no orçamento de capital da Companhia, aprovado pelo Decreto nº 6.251/2007, de 06/11/2007, que prevê investimentos de R\$ 962.693 mil para o ano de 2008, com as seguintes principais aplicações:

<b>Descrição</b>	<b>Dotação Orçamentária</b>
Manutenção do Sistema de Geração	55.130
Estudos para a Expansão da Geração	11.660
Ciclo Combinado da UTE Camaçari	778
<b>Total Geração</b>	<b>67.568</b>
Reassentamento UHE Itaparica	134.605
<b>Total Itaparica</b>	<b>134.605</b>
Ampliação do Sistema de Transmissão	264.073
Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão	325.948
Manutenção do Sistema de Transmissão (Benfeitorias)	91.339
<b>Total Transmissão</b>	<b>681.360</b>
Infra-estrutura - Bens Imóveis	10.978
Infra-estrutura - Equipamentos/Veículos/Móveis	26.320
Infra-estrutura – Informática/Teleprocessamento/Informação	41.862
<b>Total Infra-estrutura</b>	<b>79.160</b>
<b>Total Geral</b>	<b>962.693</b>

O artigo 199 da Lei nº 6.404/1976 determina que o saldo das Reservas de Lucros, exceto para as Reservas de Contingências e de Lucros a Realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembléia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização, no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Após a distribuição do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, as Reservas de Lucros excedem o capital social em R\$ 256.776 mil, excesso que será submetido à Assembléia Geral para capitalização, sem emissão de ações.

A proposta consiste na capitalização deste montante, referente à parte das Reservas de Lucros constituídas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2003 e de 2004, ainda não capitalizadas, que foram integralmente utilizadas para investimentos, durante os exercícios de 2004 e 2005.

## 23 - FORNECIMENTO/SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A receita da Companhia é, substancialmente, proveniente da venda de energia elétrica e da disponibilização do seu Sistema de Transmissão. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, pelas transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e por contratos do Sistema de Transmissão.

Sua composição é a seguinte:

	<b>2007</b>			<b>2006</b>		
	<b>Nº de Clientes</b>	<b>GWh</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>Nº de Clientes</b>	<b>GWh</b>	<b>R\$ mil</b>
Fornecimento industrial	20	8.213	622.417	17	7.729	589.205
Suprimento de energia (*)	53	41.383	2.950.647	53	39.175	2.258.227
Disp. do sist. de transmissão	155	-	1.123.832	154	-	1.094.172
<b>Total</b>		<b>49.596</b>	<b>4.696.896</b>		<b>46.904</b>	<b>3.941.604</b>

(\*) Inclui operações de curto prazo (CCEE), no valor de R\$ 400.292 mil (R\$ 106.078 mil, em 2006).

## 24 – ENCARGOS REGULATÓRIOS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos regulatórios, que totalizaram R\$ 544.413 mil, com a seguinte composição:

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Reserva Global de Reversão – RGR	122.005	99.825
Pesquisa e Desenvolvimento	40.215	152.172
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	106.637	113.059
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	17.601	16.333
PROINFA	19.594	12.638
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica - TFSEE	15.654	16.303
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	222.707	206.552
	<b>544.413</b>	<b>616.882</b>

## 25 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do exercício, têm a seguinte composição:

<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>2007</b>	<b>Total</b>	<b>2006</b>
	<b>Custos Operacionais</b>	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(Reclassificado)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	173	-	173
Encargos de uso da rede elétrica	614.469	-	614.469
Pessoal	176.791	294.871	471.662
Material	13.704	16.951	30.655
Combustíveis para a produção de energia	37.020	-	37.020
Serviço de terceiros	48.761	80.501	129.262
Depreciação e amortização	542.450	52.028	594.478
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	222.707	-	222.707
Arrendamentos e aluguéis	5.407	13.955	19.362
Provisões para contingências	-	58.988	58.988
Tributos	120	3.725	3.845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	96.566	96.566
Perdas com Energia livre	-	185.839	185.839
Outros	(40.559)	27.703	(12.856)
<b>Total</b>	<b>1.621.043</b>	<b>831.127</b>	<b>2.452.170</b>
			<b>2.071.384</b>

## 26 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DAS PROVISÕES PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social, é demonstrada a seguir:

		<b>2007</b>
<b>Contribuição Social</b>	<b>Imposto de Renda</b>	
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social	1.035.850	1.035.850
Encargo total do Imposto de renda e da Contribuição social calculado com base nas alíquotas de 15%, mais adicional, e 9%,	93.227	258.939
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões permanentes	(4.646)	(18.307)
<b>Imposto de renda e Contribuição social do exercício</b>	<b>88.581</b>	<b>240.632</b>

## 27 – PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Em decorrência de Acordo Coletivo de Trabalho e observadas as disposições legais, a Companhia contabilizou o montante de R\$ 54.504 mil destinado à participação dos empregados nos lucros ou resultados do exercício, a ser submetida à Assembléia Geral Ordinária – AGO. O valor de R\$ 54.007 mil, apresentado na Demonstração do Resultado, considera a redução de R\$ 497 mil, correspondente à parcela do exercício de 2006 não-realizada.

## 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Embora o estatuto social da Companhia estabeleça uma distribuição de 25% do resultado líquido apurado em cada exercício social ajustado na forma da Lei, como dividendos mínimos obrigatórios, está sendo proposta, para o exercício, a seguinte distribuição:

	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Lucro líquido do exercício	652.630	457.350
Constituição de Reserva legal	(32.630)	(22.867)
Realização da Reserva de lucros a realizar	22.399	22.118
<b>Lucro líquido ajustado - base de cálculo da remuneração</b>	<b>642.399</b>	<b>456.601</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	160.600	114.150
<b>Remuneração proposta:</b>		
Dividendos	240.000	-
Juros sobre o capital próprio – JCP	-	240.000
Imposto de renda na fonte	-	(35.814)
<b>Remuneração líquida</b>	<b>240.000</b>	<b>204.186</b>
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	37,4%	44,7%
<b>Dividendos/JCP brutos por ação ordinária e preferencial (R\$)</b>	<b>5,75</b>	<b>5,75</b>

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembléia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2007 até a data do pagamento, com base na variação da taxa SELIC.

## 29 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico.

SALDOS	2007											2006	
	ELETROBRÁS	FURNAS	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	CGTEE	LIGHTPAR	STN	INTESA	ÁGUAS DA PEDRA	TOTAL	TOTAL	
■ Consumidores, Conc. e Permissionárias	-	4.724	-	6.364	538	70	-	-	-	-	11.696	11.815	
■ Contas a receber	379	-	34	11	-	-	14.693	-	-	-	15.117	15.242	
■ JCP/Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-	-	2.888	-	-	2.888	3.192	
■ (-) Provisão p/perdas	-	-	-	-	-	-	(13.237)	-	-	-	(13.237)	(13.237)	
■ Participação societária permanente	-	-	-	-	-	-	-	97.020	18.000	31.790	146.810	112.620	
■ Fornecedores	-	(12.362)	(5.749)	(6.429)	-	-	-	(1.029)	-	-	(25.569)	(25.516)	
■ Empréstimos e financiam. captados	(4.211.241)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.211.241)	(4.598.096)	
■ JCP/Dividendos	(238.678)	(5)	-	-	(3)	-	-	-	-	-	(238.686)	(202.883)	
■ Contas a pagar	(332)	-	-	-	-	-	(1.456)	-	-	-	(1.788)	(1.846)	
<b>Totais</b>	<b>(4.449.872)</b>	<b>(7.643)</b>	<b>(5.715)</b>	<b>(54)</b>	<b>535</b>	<b>70</b>	<b>-</b>	<b>98.879</b>	<b>18.000</b>	<b>31.790</b>	<b>(4.314.010)</b>	<b>(4.698.709)</b>	

MOVIMENTAÇÃO	01/01/2007 a 31/12/2007											2006	
	ELETROBRÁS	FURNAS	ELETROSUL	ELETRONORTE	ELETRONUCLEAR	CGTEE	LIGHTPAR	STN	INTESA	ÁGUAS DA PEDRA	TOTAL	TOTAL	
■ Receita de uso da rede elétrica	-	42.213	-	57.338	4.847	632	-	-	-	-	105.030	99.442	
■ Receita de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	1.775	-	-	1.775	1.632	
■ Receita de JCP/dividendos	-	-	-	-	-	-	-	2.888	-	-	2.888	3.192	
■ Encargo de uso da rede elétrica	-	(121.577)	(50.637)	(55.889)	-	-	-	(9.076)	-	-	(237.179)	(237.056)	
■ Despesa financeira com empréstimos e financ. captados	(487.375)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(487.375)	(510.491)	
■ JCP/Dividendos	(7.065)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.065)	(263.486)	
■ Aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.400)	(31.790)	(34.190)	(19.521)	
<b>Totais</b>	<b>(494.440)</b>	<b>(79.364)</b>	<b>(50.637)</b>	<b>1.449</b>	<b>4.847</b>	<b>632</b>	<b>-</b>	<b>(4.413)</b>	<b>(2.400)</b>	<b>(31.790)</b>	<b>(656.116)</b>	<b>(926.288)</b>	

A seguir, identifica-se as origens das transações, por empresa:

### **ELETROBRÁS**

- Contratos de empréstimos celebrados entre as partes, com condições de contratações informados na nota 17.
- Remuneração sobre o capital investido.

### **FURNAS**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **ELETROSUL**

- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **ELETRONORTE**

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão.

### **STN**

- Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão.
- Montante investido na participação societária, para integralização do capital social da empresa.
- Remuneração pelo capital investido na empresa.

### **INTESA**

- Montante investido na participação societária, para integralização do capital social da empresa.

### **ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA**

- Montante investido na participação societária, para integralização do capital social da empresa.

## 30 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, por intermédio da Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nas demonstrações contábeis.

Na Companhia, os principais instrumentos financeiros são os seguintes:

### ATIVO

- Aplicações no Mercado Aberto

Os valores de tais instrumentos representam o valor de mercado devido a seus vencimentos de curtíssimo prazo.

### PASSIVO

- Empréstimos e financiamentos

Estas operações de crédito no País e no exterior estão atualizadas pelas suas moedas de origem até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2007, nos mercados interno e externo, e os contratos de mútuo com a Controladora, a Eletrobrás, que representam cerca de 92% do total da dívida, dos quais 93% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a 10% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobrás é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

- Risco cambial

Do total da dívida da Companhia, em 31/12/2007, R\$ 291.271 mil são representados por moedas estrangeiras, 6,4%, compostas por US\$ 113.358 mil (basicamente repasses da Eletrobrás) e por Eur 34.685 mil (saldos dos financiamentos destinados à UHE Xingó), estando a Companhia, consequentemente, exposta ao risco cambial do Real frente a essas moedas, que, no exercício, entretanto, registraram variações de -17,15% e -7,50%, respectivamente.

## 31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

	2007			2006 (Reclassificado)		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>						
Fornecimento de energia elétrica	622.417	-	622.417	589.205	-	589.205
Suprimento de energia elétrica	2.950.647	-	2.950.647	2.258.227	-	2.258.227
Disponibilização do sistema de transmissão	-	1.123.832	1.123.832	-	1.094.172	1.094.172
Outras receitas operacionais	2.472	6.068	8.540	4.429	3.747	8.176
	<b>3.575.536</b>	<b>1.129.900</b>	<b>4.705.436</b>	<b>2.851.861</b>	<b>1.097.919</b>	<b>3.949.780</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
Reserva Global de Reversão – RGR	(92.697)	(29.308)	(122.005)	(71.609)	(28.216)	(99.825)
ICMS sobre energia elétrica	(77.237)	-	(77.237)	(74.210)	-	(74.210)
ISS	(130)	(337)	(467)	(191)	(141)	(332)
Pesquisa e Desenvolvimento	(30.660)	(9.555)	(40.215)	(114.361)	(37.811)	(152.172)
Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC	-	(106.637)	(106.637)	-	(113.059)	(113.059)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	(17.601)	(17.601)	-	(16.333)	(16.333)
PROINFA	-	(19.594)	(19.594)	-	(12.638)	(12.638)
PIS/PASEP	(53.432)	(7.367)	(60.799)	(39.590)	(802)	(40.392)
COFINS	(246.152)	(33.976)	(280.128)	(184.919)	9.809	(175.110)
	<b>(500.308)</b>	<b>(224.375)</b>	<b>(724.683)</b>	<b>(484.880)</b>	<b>(199.191)</b>	<b>(684.071)</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>3.075.228</b>	<b>905.525</b>	<b>3.980.753</b>	<b>2.366.981</b>	<b>898.728</b>	<b>3.265.709</b>
<b>CUSTO DO SERVICO DE ENERGIA</b>						
<b>Custo com energia elétrica</b>						
Energia elétrica comprada para revenda	(173)	-	(173)	(1.490)	-	(1.490)
Encargos de uso da rede elétrica	(614.469)	-	(614.469)	(575.476)	-	(575.476)
<b>Custo de operação</b>						
Pessoal	(48.717)	(124.906)	(173.623)	(39.865)	(94.351)	(134.216)
Material	(4.479)	(9.049)	(13.528)	(2.194)	(5.843)	(8.037)
Combustíveis para a produção de energia	(37.020)	-	(37.020)	(3.173)	-	(3.173)
Serviço de terceiros	(16.840)	(31.401)	(48.241)	(12.615)	(26.082)	(38.697)
Comp. fin. p/utilização de recursos hídricos	(222.707)	-	(222.707)	(206.552)	-	(206.552)
Depreciação e amortização	(353.266)	(189.184)	(542.450)	(348.070)	(179.257)	(527.327)
Outras	39.826	(4.793)	35.033	24.770	(11.923)	12.847
	<b>(1.257.845)</b>	<b>(359.333)</b>	<b>(1.617.178)</b>	<b>(1.164.665)</b>	<b>(317.456)</b>	<b>(1.482.121)</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO PREST. A TERCEIROS</b>	<b>(478)</b>	<b>(3.387)</b>	<b>(3.865)</b>	<b>(33)</b>	<b>(5.451)</b>	<b>(5.484)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>1.816.905</b>	<b>542.805</b>	<b>2.359.710</b>	<b>1.202.283</b>	<b>575.821</b>	<b>1.778.104</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(461.078)</b>	<b>(370.049)</b>	<b>(831.127)</b>	<b>(357.542)</b>	<b>(226.237)</b>	<b>(583.779)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>1.355.827</b>	<b>172.756</b>	<b>1.528.583</b>	<b>844.741</b>	<b>349.584</b>	<b>1.194.325</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>						
Renda de aplicações financeiras	21.364	5.873	27.237	16.032	6.211	22.243
V.monet. e acrésc. Moratórios - energia vendida	108.232	1.002	109.234	130.665	507	131.172
Outras variações monetárias ativas	224	547	771	6.195	8.632	14.827
Outras receitas financeiras	10.877	5.577	16.454	4.205	141	4.346
Pis/Pasep e Cofins	(10)	(4)	(14)	(23)	-	(23)
Encargos de dívidas	(504.141)	(69.530)	(573.671)	(551.775)	(62.691)	(614.466)
V. monetárias s/empréstimos e financiamentos	15.000	1.749	16.749	(194)	(2.522)	(2.716)
Outras variações monetárias passivas	(12.165)	(29.137)	(41.302)	(22.626)	(27.277)	(49.903)
Outras despesas financeiras	(17.488)	(24.578)	(42.066)	(50.622)	(17.644)	(68.266)
	<b>(378.107)</b>	<b>(108.501)</b>	<b>(486.608)</b>	<b>(468.143)</b>	<b>(94.643)</b>	<b>(562.786)</b>
<b>Resultado Operacional antes dos JCP</b>	<b>977.720</b>	<b>64.255</b>	<b>1.041.975</b>	<b>376.598</b>	<b>254.941</b>	<b>631.539</b>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(143.600)	(96.400)	(240.000)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>977.720</b>	<b>64.255</b>	<b>1.041.975</b>	<b>232.998</b>	<b>158.541</b>	<b>391.539</b>
Receita não operacional	379	2.913	3.292	807	1.521	2.328
Despesa não operacional	(3.087)	(6.330)	(9.417)	(3.033)	(5.143)	(8.176)
<b>Resultado não operacional</b>	<b>(2.708)</b>	<b>(3.417)</b>	<b>(6.125)</b>	<b>(2.226)</b>	<b>(3.622)</b>	<b>(5.848)</b>
<b>Lucro antes da CSLL e do IRPJ</b>	<b>975.012</b>	<b>60.838</b>	<b>1.035.850</b>	<b>230.772</b>	<b>154.919</b>	<b>385.691</b>
Contribuição social	(89.318)	737	(88.581)	(16.796)	(16.002)	(32.798)
Imposto de renda	(229.405)	(11.227)	(240.632)	(45.101)	(42.565)	(87.666)
<b>Lucro antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio</b>	<b>656.289</b>	<b>50.348</b>	<b>706.637</b>	<b>168.875</b>	<b>96.352</b>	<b>265.227</b>
Participação nos lucros ou resultados	(14.561)	(39.446)	(54.007)	(19.988)	(27.889)	(47.877)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	-	143.600	96.400	240.000
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>641.728</b>	<b>10.902</b>	<b>652.630</b>	<b>292.487</b>	<b>164.863</b>	<b>457.350</b>
Lucro líquido por ação (R\$)	-	-	15,65	-	-	10,97

## 32 - SEGUROS

Conforme contrato firmado com a Bradesco Auto/RE – Cia. de Seguros, com prazo de 04 (quatro) anos, a partir de 30/04/2005, os principais ativos da Companhia, tais como, imobilizações em serviço e almoxarifado, estão segurados, por apólices anuais, num montante global de R\$ 3.085.039 mil, tendo a apólice atual vigência de 30/04/2007 a 30/04/2008. A especificação, por modalidade de risco, está demonstrada a seguir:

<b>Apólices</b>	<b>Importâncias Seguradas</b>	<b>Prêmios Anuais</b>
- Riscos Nomeados:		
Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	3.075.735	6.133
- Riscos Aeronáuticos	9.304	411
	<b>3.085.039</b>	<b>6.544</b>

Na importância segurada, relativa ao seguro aeronáutico, estão incluídos R\$ 713 mil de responsabilidade civil.

Além dessas importâncias seguradas, a Companhia mantém apólices de seguros para garantir a movimentação de materiais, por intermédio de seguro de transporte, nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais e marítimo e aéreo internacionais, com vigência contratual de maio de 2005 a maio de 2009, mensalmente endossadas, e com importâncias seguradas, averbadas até o momento, no total de R\$ 488.486 mil, com prêmios no montante de R\$ 1.120 mil.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contemplados as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

### 33 - ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO - RECOMPOSIÇÃO TARIFÁRIA EXTRAORDINÁRIA – RTE, VARIAÇÃO DE ITENS DA “PARCELA A” E REPASSE DE ENERGIA LIVRE.

1. Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de Receita e Energia Livre.

ITENS	NÚMERO DO INSTRUMENTO DE HOMOLOGAÇÃO	VALOR HOMOLOGADO (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2007 (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2007 (3)	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2007 (4) = (1 + 2 - 3)
					(4)
Perda de Receita	Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04.	40.674	11.399	52.073	-
Energia Livre	Resoluções nºs 01/04 e 45/04.	77.303	44.039	121.342	-
<b>Totais</b>		<b>117.977</b>	<b>55.438</b>	<b>173.415</b>	<b>-</b>

2. Composição da Variação de Itens da “Parcela A” (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) homologado pela ANEEL.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES NºS 482/02 E 001/04 (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2007 (2)	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2007 (3) = (1) + (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2007 (4)	SALDO A AMORTIZAR EM 31/12/2007 (5) = (3) - (4)
					(5)
“Parcela A” (período de 01/01 a 25/10/2001)	21.827	36.213	58.040	25.258	32.782

3. Composição dos saldos dos valores homologados pela ANEEL, representativos do Repasse de Energia Livre, que se referem à compra de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, durante a vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica.

ITENS	VALOR HOMOLOGADO RESOLUÇÕES Nº 001/04 E 045/04 (1)	REMUNERAÇÃO ACUMULADA ATÉ 31/12/2007 (2)	TOTAL ACUMULADO ATÉ 31/12/2007 (3) = (1) + (2)	VALOR AMORTIZADO ATÉ 31/12/2007 (4)	REDUÇÃO DE TRIBUTOS E ENCARGOS OFÍCIO Nº 2.409/2007-SFF/ANEEL (5)	SALDO REPASSADO A MAIOR EM 31/12/2007 (6) = (3)-(4)-(5)
					(6)	(6) = (3)-(4)-(5)
Repasso de Energia Livre	77.303	44.039	121.342	117.330	5.880	(1.868)

Em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, a Companhia registrou em sua contabilidade estorno dos valores referentes aos tributos e encargos regulatórios, cujo ônus financeiro foi imputado às concessionárias de geração e que não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos da Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL. Como os prazos de repasse haviam sido concluídos e todos os valores repassados, com tal registro verifica-se a ocorrência de pagamento a maior, no valor de R\$ 5.880 mil, a receber das citadas concessionárias.

No âmbito do referido Acordo Geral do Setor Elétrico, firmado entre as geradoras e as distribuidoras em 18/12/2001, a Companhia recebeu, neste exercício, os montantes de R\$ 40.866 mil e R\$ 116.034 mil, correspondentes à Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE e ao Ressarcimento de Energia Livre, respectivamente, e pagou R\$ 10.662 mil, a título de Energia Livre.

Por outro lado, a Companhia, em atendimento às determinações do Ofício nº 2.409/2007-SFF/ANEEL, registrou a baixa do contas a receber de Energia Livre não faturado pelas distribuidoras no prazo estabelecido pela ANEEL, no montante de R\$ 185.839 mil, assim como, o estorno dos custos tributários e encargos regulatórios por ela suportados, deduzidos pelas concessionárias de distribuição dos repasses financeiros de Energia Livre, cujos valores não foram efetivamente suportados pelos consumidores, nos termos na Nota Técnica nº 392/2007-SFF/ANEEL, no montante de R\$ 13.437 mil, ficando com seu contas a receber de Energia Livre, por devedor, demonstrado conforme a seguir:

Saldos a receber	31/12/2007
Empresa	Valor (R\$ mil)
AMPLA (CERJ)	16.602
CEB-BRASÍLIA	7.913
CELB	1.572
CELPE	11.744
CEMIG	73.968
CEPISA	4.831
COELBA	18.967
COELCE	13.559
COSERN	9.119
CPFL – PAULISTA	33.904
CSPE – SUL PAULISTA	664
EBC – BANDEIRANTE	2.522
ENERSUL	3.185
ESCELSA	589
LIGHT	51.728
SAELPA	2.574
<b>Total bruto a receber</b>	<b>253.441</b>
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(205.527)
<b>Total líquido a receber</b>	<b>47.914</b>
<b>Circulante</b>	<b>44.411</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>3.503</b>

Considerando que as empresas Distribuidoras têm prazo limite, estipulado pela ANEEL, para arrecadar a RTE de consumidores e repassar os valores devidos às empresas geradoras, a Companhia, após a adequação do contas a receber de Energia Livre às determinações estabelecidas no citado ofício, elaborou novo estudo de modo a encontrar a parcela do contas a receber não-realizável, em função do término dos prazos da RTE das distribuidoras. Com isso, foi estimada em R\$ 205.527 mil a provisão para perdas na realização desses créditos em 31 de dezembro de 2007.

Diante da interpretação dada pela ANEEL, quanto à não-realização do contas a receber de Energia Livre, impondo perdas substanciais às Geradoras, a Companhia, em conjunto com as empresas do Sistema ELETROBRÁS, está envidando esforços junto aos órgãos e instâncias competentes, no sentido de preservar os seus direitos previstos no Acordo Geral do Setor Elétrico.

### **34 - BENS E DIREITOS DA UNIÃO UTILIZADOS PELA CONCESSIONÁRIA**

Nos termos da Instrução Contábil nº 6.3.13, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a Companhia mantém, em registros auxiliares, bens e direitos da União em regime especial de utilização, segregados por atividade, no montante de R\$ 68.465 mil (custo corrigido), conforme demonstrativo a seguir:

	2007								2006	
	Geração				Transmissão				Geração	Transm.
	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Quant. Itens	Custo Corrigido	Estimativa de Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Barragem da UHE Castelo Branco	1	56.858	(48.898)	7.960	-	-	-	-	9.097	-
Terrenos	10	2.958	-	2.958	4	223	-	223	2.958	223
Edificações	223	1.688	(1.688)	-	2	13	(10)	3	-	3
Reassentamento da UHE Itaparica	1	5.201	(1.931)	3.270	-	-	-	-	3.478	-
Aeroporto de Guadalupe-PI	1	926	(926)	-	-	-	-	-	-	-
Estrada de acesso à UHE Castelo Branco	1	508	(508)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	3	90	(72)	18	-	22
<b>Total</b>	<b>237</b>	<b>68.139</b>	<b>(53.951)</b>	<b>14.188</b>	<b>9</b>	<b>326</b>	<b>(82)</b>	<b>244</b>	<b>15.533</b>	<b>248</b>

### **35 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES**

Tomando-se por base o mês de dezembro de 2007 e de acordo com a política salarial da Companhia, a maior e a menor remunerações mensais pagas a empregados foram de R\$ 23.216,60 e R\$ 996,60, respectivamente; o maior honorário atribuído a dirigentes correspondeu a R\$ 27.016,00. Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

## 36 – RECEITAS – CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSMISSÃO

A Receita Anual Permitida está definida na Cláusula Primeira item XIV do Contrato de Concessão a qual se refere à receita autorizada pela ANEEL, mediante resolução, pela disponibilização das instalações do Sistema de Transmissão relacionadas nesse Contrato de Concessão. A Receita Anual Permitida da Transmissora é composta pela parcelas RPB (parcela referente às instalações da Rede Básica) mais RPC (parcela referente às demais instalações de transmissão e conexões). A RPB ainda está subdividida em RBSE (receita referente aos ativos de transmissão indicadas na Resolução ANEEL nº 167/2000, para as instalações de transmissão existentes à época), mais RBNI (receita referente aos novos ativos a serem incorporados ao sistema de transmissão da empresa), ambas reajustadas anualmente pelo IGP-M. Após a Primeira Revisão Tarifária Periódica das Concessionárias de Transmissão de Energia Elétrica ocorrida em julho de 2007, a RBNI não terá seus valores diminuídos pela metade após o 15º ano da entrada em operação, conforme estabelecido nas autorizações emitidas pela ANEEL à época. Para novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada 4 anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

## 37 - UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA – PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A Companhia é agente executor do *Programa Luz para Todos* em 79 municípios do Estado do Piauí, compreendendo 51.994 novas ligações rurais, com meta de implantação até 30 de setembro de 2009.

O Programa possui as seguintes fontes de recursos, no valor total de R\$ 327.562 mil, com gastos de R\$ 934 mil, já realizados:

Origem do Recurso	Valor (R\$ mil)	Fontes de financiamento		Contratos para a execução
		Documento	Observação	
União	262.050	Contrato ECFS-177/2007 Eletrobrás/Chesf	Custos diretos para 46.217 ligações	<b>CN-92.2007.4130</b> (Projeto, Construção e Fornecimento de Materiais).
Governo do Estado do Piauí	32.756	Convênio Governo do Piauí/Chesf	Custos diretos para 5.777 ligações	<b>CN-92.2007.4130</b> (Projeto, Construção e Fornecimento de Materiais) quanto ao item Projeto e Fornecimento de Placas.
Cepisa	32.756	Termo de Cooperação Cepisa/Chesf	Custos indiretos para 51.994 ligações	<b>PG-92.2007.3670</b> (Fiscalização e Apoio Técnico). Cadastramento Preliminar e Gestão.
<b>Total</b>	<b>327.562</b>			

**Nota:** Os municípios não participarão com recursos financeiros para a execução do programa.

## 38 – EVENTOS SUBSEQÜENTES

Alterações na Lei nº 6.404/1976, que regula as sociedades por ações.

Em 28 de dezembro de 2007, o Presidente da República sancionou a Lei nº 11.638, promovendo alterações nas regras contábeis do Brasil, no sentido de seu alinhamento às Normas Internacionais de Contabilidade, no que tange à preparação e divulgação das demonstrações contábeis.

Apresentamos a seguir as principais alterações contábeis, que, na avaliação da administração, poderão ter efeitos sobre as demonstrações contábeis da Companhia a partir do exercício de 2008.

- **Demonstrações Financeiras**

Extinção da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, com a sua substituição pela Demonstração de Fluxo de Caixa, esta já praticada pela Companhia.

- **Escrituração Contábil**

A legislação determinava que as disposições da lei tributária ou legislação especial fossem escrituradas em registros auxiliares. Com as alterações, esses registros podem ser realizados em livros auxiliares ou nos próprios livros contábeis desde que, neste último caso, sejam efetuados os registros contábeis para fins de elaboração das demonstrações contábeis. As companhias abertas deverão observar as normas expedidas pela CVM e estas deverão observar as Normas Internacionais de Contabilidade. Os lançamentos de ajuste efetuados exclusivamente para a harmonização de normas contábeis não poderão ter efeitos tributários.

- **Balanço Patrimonial**

A estrutura do Patrimônio Líquido – PL foi alterada sendo eliminados os Lucros Acumulados, passando a fazer parte do PL as Ações em Tesouraria e os Ajustes de Avaliação Patrimonial.

- **Ativo**

- a) No Ativo Imobilizado serão classificados os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.
- b) No Ativo Diferido serão classificados as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social, e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional.
- c) No Ativo Intangível serão classificados os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade.

- **Patrimônio líquido**

Foram abolidas das reservas de capital o Prêmio Recebido na Emissão de Debêntures e as Doações e Subvenções para Investimento.

- **Critérios de avaliação do ativo**

I - Os instrumentos financeiros, inclusive derivativos, direitos e títulos de créditos, classificados no Ativo Circulante ou no Realizável a Longo Prazo passam a ser avaliados:

- a) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e
- b) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso das demais aplicações e os direitos e títulos de crédito;

II - Os direitos classificados no intangível, pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;

III - Os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

- **Critérios de avaliação do passivo**

As obrigações, encargos e riscos classificados no Exigível a Longo Prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

- **Demonstração do Resultado do Exercício**

A Demonstração do Resultado do Exercício discriminará as participações de debêntures, de empregados e administradores, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa.

- **Reservas e Retenção de Lucros**

Criada a Reserva de Incentivos Fiscais - doações e subvenções governamentais para investimento, que passarão a compor o resultado do exercício e, por proposta dos órgãos da administração, a Assembléia Geral poderá destinar a parcela do lucro líquido decorrente desses incentivos para a formação da referida reserva.

- **Limite do saldo das reservas de lucros**

O saldo das Reservas para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar podem ultrapassar o montante do capital social.

- **Avaliação do Investimento em Coligadas e Controladas**

Os investimentos em coligadas, sobre cuja administração tenha influência significativa ou participe com 20% ou mais do capital votante, em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum, serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Os requerimentos da nova lei aplicam-se às demonstrações contábeis relativas aos exercícios encerrados a partir de 01 de janeiro de 2008, não sendo possível, no momento, determinar os impactos decorrentes da entrada em vigor da referida lei nas demonstrações contábeis da Companhia.

## COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

### DIRETORIA

---

**Dilton da Conti Oliveira**  
Diretor – Presidente

**Marcos José Mota de Cerqueira**  
Diretor Econômico-Financeiro e  
Diretor Administrativo Substituto

**José Ailton de Lima**  
Diretor de Engenharia e Construção

**Mozart Bandeira Arnaud**  
Diretor de Operação

### SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

---

**José Ivan Pereira Filho**  
Superintendente  
CRC-PE-007552/O-6 – Contador  
CPF - 080.801.434-04

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

**Aracilba Alves da Rocha**  
Presidente

**Dilton da Conti Oliveira**  
Conselheiro

**Swedenberger do Nascimento Barbosa**  
Conselheiro

**Ricardo Spanier Homrich**  
Conselheiro

**Erenice Alves Guerra**  
Conselheira

**Luiz Awazu Pereira da Silva**  
Conselheiro

### CONSELHO FISCAL

---

**Marcelo Cruz**  
Presidente

**Sonia Regina Jung**  
Conselheira

**Antônio Carlos Pinho de Argôlo**  
Conselheiro

## PARECER DOS AUDTORES INDEPENDENTES

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF**  
Recife – PE

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF levantado em 31 de dezembro de 2007 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. As informações suplementares, referentes às demonstrações do valor adicionado e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, requeridas pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis. Referidas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, baseados em nossos exames, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
5. As demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer emitido em 07 de março de 2007, não continha ressalva.

Recife (PE), 01 de fevereiro de 2008.

Boucinhas & Campos + Soteconti  
Auditores Independentes S/S  
CRC – SP – 005.528/O – 2 "S" – PE

Carlos Caputo  
Contador  
CRC SP 175.056/O "S" - PE

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do **Relatório da Administração**, bem como do **Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis**, referentes ao exercício findo em 31/12/2007, à vista do Parecer dos Auditores Independentes, Boucinhas & Campos + Soteconti Auditores Independentes S/S, emitido em 01/02/2008, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições a serem encaminhados à deliberação da Assembléia Geral de Acionistas:

1. Proposta de Destinação do Resultado do Exercício; e
2. Proposta do Orçamento de Capital.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que **os referidos documentos societários refletem adequadamente**, em todos os aspectos relevantes, **a situação patrimonial, financeira e de gestão** da Companhia Hidro Elétrico do São Francisco – CHESF.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se **favorável à submissão da proposta de destinação do resultado do exercício e do orçamento de capital** à Assembléia Geral dos Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 17 de março de 2008.

*Marcelo Cruz*  
*Presidente*

*Sonia Regina Jung*

*Antonio Carlos Pinho de Argôlo*